



TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA da **MINAS MINERAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, denominado Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizado na Fazenda Santo Antônio, S/N, Km 357, BR 259 Bairro Zona Rural, CEP 39750-000 Sabinópolis/MG. As atividades previstas são: Lavra a Céu Aberto – Minério de Ferro; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido e; Reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito, estando formalizado junto ao SLA – EcoSistema, sob o **Processo Administrativo nº 01163/2025, classe 4, LAC - LAC1 (LP+LI+LO)**. Audiência Pública realizada no **dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h**, no Centro Cultural Sebastião Barroso - Sabinópolis/MG.

Mestre de cerimônia: Boa noite, sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas à audiência pública para apresentação do RIMA na solenidade de audiência pública da Minas Mineração. Essa audiência é para a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para fins de ampliação do projeto da zona rural do município de Sabinópolis pela Minas Mineração.

A Minas Mineração se sente honrada e cheia de gratidão pela acolhida respeitosa que que recebeu tanto nos espaços públicos quanto no privado nos muitos momentos que antecederam esta audiência nós agradecemos Sabinópolis e acreditamos que reforçamos ainda mais uma parceria respeitosa carinhosa e comprometida com a qualidade de vida de todos.

Daremos início à composição da mesa essa mesa diretora da audiência pública que foi convocada pelo Ministério Público de Sabinópolis para apresentação do Rima o relatório de impacto ambiental.

Convidamos o senhor Álvaro Calazans promotor de justiça da comarca de Sabinópolis, senhor Éder Lúcio Santos Ferreira secretário de governo representando o prefeito do município de Sabinópolis, convido o representante da casa legislativa de Sabinópolis

(31) 3191-4760 minasmineracao.com.br

Rua Desembargador Jorge Fontana, 600 – 3º andar
Belvedere – Belo Horizonte/MG – Cep. 30320-670



na pessoa de quem todos os outros vereadores que compõem esta casa são igualmente referenciados pela Minas Mineração, para compor a mesa convido o presidente Denis Henrique Filad de Pinho. Convidado também a senhora Lirriet Freitas Libório Oliveira chefe regional da URA a unidade regional de regularização ambiental do Leste Mineiro que presidirá esta audiência. Com prazer convidado os técnicos da URA Leste Mineiro Adriana perdão Adriana Signor coordenadora de controle processual, Carlos Augusto Zanon coordenador de análise técnica, o representante do empreendimento minerário o senhor Gilmar Alves. Uma salva de palmas para todos.

Nós registramos e agradecemos a presença de pessoas da sociedade instituições aqui presentes e sendo representadas os vereadores Ana Miranda, Neymar Aparecido Queiroz de Araújo, Andresa Rafaela, César do Taxi, Álvaro de Pinho Barroso, o secretário de governo Éder Lúcio, também destacamos Renilson Batista gerente do Parque Estadual da Serra do Candonga, a secretaria de assistência social Daniela Tavares, também destacamos o presidente da Associação Comercial Empresarial de Sabinópolis Aristides Mota e Ivanilde Salomé vice-diretora administrativa da Federação da Comunidade Quilombolas de Minas Gerais. Também destacamos a presença do vereador Nilson Renato de Miranda.

Todos receberam quando chegaram este folder ele é de suma importância, eu gostaria da atenção de todos para que lessem posteriormente porque aqui está explicando sobre o projeto de ampliação da Minas Mineração com crescimento que gera oportunidades, Minas Sabinópolis em expansão vale a pena todos lerem com muita atenção eu agradeço desde já.

Senhoras e senhores neste momento eu convido a senhora Lirriet Freitas Libório Oliveira chefe regional da URA unidade regional de regularização ambiental do Leste Mineiro que irá conduzir os trabalhos nessa noite como presidente desta audiência pública de apresentação do RIMA.



Lirriet: Boa noite senhoras e senhores sou Lirriet Libório, chefe da unidade regional de regularização do Leste Mineiro irei presidir essa audiência pública em conformidade com as disposições da Deliberação Normativa 225 de 2018.

Em nome da Fundação Estadual de Meio Ambiente gostaria de agradecer a presença de todos os presentes e desejar uma boa audiência pública. Vamos dar vamos dar início à audiência pública requerida pelo Ministério Público de Minas Gerais o senhor promotor Álvaro Calazans relativo ao empreendimento Minas Mineração.

A audiência pública refere-se ao processo de licenciamento ambiental 1163/2025 enquadrado na modalidade LAC1 fase de licença prévia concomitante com licença de instalação e operação ampliação das atividades: UTM com tratamento a seco, pilha de rejeito estéreo, minério de ferro, unidade de tratamento de minerais, UTM com tratamento a úmido, reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéreo ou rejeito, demais informações sobre empreendimento poderão ser consultados no EIA. O EIA está disponível na mesa impresso, quem tiver o interesse de consultar durante a audiência pública fique à vontade, o folder também faz um resumo breve do empreendimento da ampliação do empreendimento e vocês podem consultar a qualquer momento da audiência.

A convocação da audiência pública foi publicada na imprensa oficial do estado de Minas Gerais, no dia 31/05/2025, e gostaria de solicitar que os senhores mantenham durante toda a audiência o celular no silencioso ou desligado para que não interrompa as nossas discussões e que a gente consiga ouvir todo mundo aqui e aproveitar melhor o nosso tempo da audiência.

Quem não assinou a lista de presença geral, pode ter esquecido eventualmente pode se dirigir lá à mesa com as duas meninas da AM Consultoria que estão tomando conta da lista de presença, assessoradas pelo pessoal da CAF do núcleo de apoio operacional e qualquer dúvida vocês podem também nos procurar através de João, cadê João, levanta a mão João ou Werner também tá bom? Pode procurar os dois a qualquer



momento caso vocês tenham alguma dúvida até também sobre as regras da audiência, no decorrer que a audiência for acontecendo.

Então vamos à execução do Hino Nacional para a gente seguir para a primeira parte da reunião

[Música]

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas

De um povo heroico o brado retumbante,

E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,

Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade

Conseguimos conquistar com braço forte,

Em teu seio, ó Liberdade,

Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada, Idolatrada, Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido

De amor e de esperança à terra desce,

Se em teu formoso céu, risonho e límpido,

A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,

És belo, és forte, impávido colosso,

E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada, Entre outras mil,



És tu, Brasil, Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,

Pátria amada, Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,

Ao som do mar e à luz do céu profundo,

Fulguras, ó Brasil, florão da América,

Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida

Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;

"Nossos bosques têm mais vida",

"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada, Idolatrada, Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo

O lábaro que ostentas estrelado,

E diga o verde-louro desta flâmula

Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,

Verás que um filho teu não foge à luta,

Nem teme, quem te adora, a própria morte!

Terra adorada Entre outras mil,

És tu, Brasil, Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,

Pátria amada, Brasil! [Música]

Lirriet: Dando sequência à especificação das nossas regras para a audiência eu gostaria de instruir vocês que agora a partir de agora 19:20, 7:20 da noite começa a valer o tempo regressivo de 1 hora para inscrição de fala. Então quem né quiser se manifestar durante o tempo apropriado para isso, favor se dirigir até a mesa que o pessoal da CAF do NAO vai orientar vocês também, e as meninas da AM Consultoria estão lá para receber vocês, tá bom?

Vale lembrar que após uma hora gente, transcorrido esse tempo não é mais permitido a inscrição para fala, então quem tiver o interesse favor se direcionar até a mesa.

Como dito, o EIA estará disponível para consulta durante toda a sessão, a equipe técnica da Ura Leste de Minas presente, tem a função nessa audiência de perceber todos os pontos levantados que serão tratados posteriormente na análise do processo de licenciamento ambiental. Ela não se pronunciará, a gente não tem aqui como órgão ambiental, a função neste cenário de manifestação, quanto à análise do processo, contra pontos de manifestação. A gente tá aqui para ouvir vocês, ouvir a percepção da sociedade no momento de manifestação do Ministério Público que requere audiência pública e do empreendedor que vai apresentar o projeto para vocês. Portanto caso existem dúvidas pertinentes ao licenciamento ambiental, aos protocolos a serem realizados, vocês podem fazer formalmente até 5 dias úteis, via sistema de informação, o SEI, ok? É importante que vocês sigam essa formalidade para que a gente consiga seguir com a validade da audiência pública até a finalização formal dela, ok?

Fazem parte dessa mesa diretora presidente Lirriet Bório coordenador de análise técnica, Carlos Zanon gestor ambiental do processo de licenciamento, a coordenadora de controle processual da unidade regional e o solicitante da audiência pública o senhor promotor de justiça.



A audiência pública será integrada pela mesa diretora, pelo plenário e pela tribuna. O plenário é composto por todos os convidados, a tribuna é o espaço destinado aos oradores, devidamente inscritos e identificados para fazer o uso da palavra. É válido explicar neste momento as regras que regem esta audiência, regras essas que estão em consonância com a deliberação normativa 225 de 25 de julho de 2018.

A audiência pública é a reunião destinada a expor à comunidade as informações sobre a obra, ou atividade potencialmente poluidora causadora de significativo impacto ambiental e o seu respectivo estudo de impacto ambiental EIA, dirimindo dúvidas e recolhendo as críticas e sugestões a respeito para subsidiar a decisão quanto ao seu licenciamento.

Ela é composta por cinco partes, então nossa audiência está com a repartida em cinco partes, e a primeira parte é esta que eu estou expondo as normas e a segunda parte refere-se à exposição do empreendedor, que é um momento importante em que a empresa vai apresentar o projeto de ampliação para vocês, durante um tempo determinado. Esse tempo ele não pode ser avançado tá pessoal? Isso não só pro empreendedor, mas para todo mundo. É importante ressaltar que a gente precisa realmente cumprir integralmente todas as normas e tempos de fala.

Nesse momento a Minas Mineração através do seu representante contará com 45 minutos para apresentação do projeto de ampliação. O promotor de justiça requerente da audiência contará com 30 minutos para expor a solicitação, e essa manifestação ela é facultativa. Se o senhor não quiser se manifestar tá tudo bem.

Álvaro Calazans: Para quebrar o protocolo um pouco, eu vejo que de fato tem uma análise técnica aqui, na verdade pessoas habilitadas, tecnicamente habilitadas, eu gostaria de saber se é possível pleitear né a composição dessa mesa pelo meu assessor, meu assistente técnico ali, para que a gente, para que eu possa discutir com ele acerca do que vem sendo exposto aqui. Seria possível isso? Agradeço.



Lirriet: Nos 30 minutos que o senhor vai ter para expor solicitação ele pode representar o senhor na fala, ok? tá não tem problema, para assessorar o senhor pode, pode ficar à vontade.

A terceira parte gente, nós chamaremos os inscritos para manifestação, que se dividirá em 12 blocos de perguntas e respostas, com cada bloco composto por três falas, ou questões dos presentes, caso vocês queiram fazer manifestação sobre a percepção de vocês do empreendimento, ou tenham alguma dúvida. Vocês vão ter essa oportunidade de manifestação, composto por 12 blocos. Esses blocos são três falas de até 3 minutos. Esses 3 minutos são improrrogáveis, preciso que vocês se atenham a esse tempo, a gente tem ali um cronômetro tá? Para que todo mundo veja que a gente tá marcando a fala de vocês. Esse cronômetro vai estar exposto para todo mundo, para que a gente tenha maior transparência possível dando a vocês o direito de fala garantido na norma.

Então, totalizando, depois que vocês falam 3 minutos para cada pessoa, a resposta única pelo empreendedor de até 6 minutos, totalizando o máximo de 180 minutos de todo esse bloco que a gente vai ter de manifestação.

Depois da terceira parte, nós vamos pra quarta parte que consiste na consideração final, cabendo ao representante do empreendimento ou a equipe técnica, 10 minutos para uma manifestação final. O solicitante da audiência, poderá também se manifestar por mais 10 minutos finalizando, e finalmente a gente chega a quinta parte para onde eu faço o encerramento. Se vocês tiverem qualquer dúvida sobre norma, sobre a alguma regra durante a audiência, se vocês tiverem alguma dúvida procurar o Werner e o João que eu falei para vocês, eles devem ficar ali até o tempo de inscrição, vocês podem procurar a qualquer momento, OK?

Vamos para a primeira parte da manifestação do empreendedor pelo tempo regimental de 45 minutos. Só um momentinho quando eles começarem a falar aí você pode dar o play exatamente no momento tá?



Mestre de cerimônia: Então senhoras e senhores como foi explicado pela senhora Lirriet, vamos então para esta parte da audiência pública. Nós destacamos né a pedido do promotor de justiça, a presença do representante do Ministério Público, senhor Renato Jasques de Brito Veiga que está aí junto da mesa diretora nesta audiência pública, e convido e passo a palavra para a representante da Geo Mineral a senhora Fabiana Amaral.

Fabiana Amaral: Obrigada, boa noite pessoal prazer estar aqui com todos vocês, meu nome é Fabiana Amaral, tô aqui representando a Minas Mineração, eu sou da consultoria Geomineral e nós prestamos aí toda a assessoria né pro empreendimento, que é licenciado estabelecido aqui em Sabinópolis, e vamos aqui apresentar o nosso projeto de ampliação.

Quero começar trazendo aqui a todos um momento de reflexão, a Minas Mineração é uma empresa já estabelecida, já opera aqui em Sabinópolis, então não estamos falando aí de um novo projeto né, um projeto aí de ampliação. Hoje a Minas Mineração detém 140 empregos diretos, então a gente vê que o benefício de uma ampliação de um empreendimento desse porte é manutenção desses empregos, aumento da vida útil, e se torna aí um passo importante aí na história de todos.

Apresento aqui a que tá nos slides aqui a localização né do empreendimento, gostaria de trazer aqui para vocês também uma questão importante, pode passar Danilo, há umas considerações iniciais né, a audiência pública é uma reunião pública, aberta e acessível, então esse momento aqui é para que todos fiquem à vontade, tirem suas dúvidas, a gente entende que a mineração ela tem aí, certos preconceitos né, a gente entende que todos nós hoje dependemos da mineração, não existe ninguém aqui que vai conseguir viver sem um celular, sem um asfalto, sem uma pasta de dente, então tudo isso vem da mineração.

A gente gostaria de destacar a importância da mineração, e esse momento aqui é para que a gente possa fazer isso de forma aberta, um diálogo, o importante hoje é desenvolver uma atividade sustentável, ouvindo, respeitando né, com olhar para as



comunidades, e esse é o intuito. Então, estamos aqui abertos a responder questionamentos, tirar dúvidas e estabelecer que o nosso processo seja aí sustentável né, em parceria com todos.

A Minas Mineração é uma empresa tem essa sede aqui em Sabinópolis, mas ela tem outros empreendimentos minerários, é uma empresa que preza aí por qualidade, segurança, aqui está três certificações, é uma empresa certificada né, a gente tem aí o ISO 9001, o 31.000, 14.001, esses ISOs aí, garantem né, demonstram a preocupação da empresa, a seriedade em estar dentro das normas ambientais, dentro das normas de qualidade né, riscos, então isso tudo aí demonstra que é uma empresa séria que veio para ficar e quer desenvolver um trabalho bacana aí na região.

Aqui a gente apresenta os dados da empresa né, quem tiver interesse pode fotografar, tirar um print, aqui é a consultoria responsável pelos estudos, que é a G5S, depois, daqui a pouquinho o Felipe vai estar aqui com vocês falando um pouquinho mais sobre a ampliação.

Aqui a gente lista a equipe técnica só para demonstrar aqui que todos os estudos feitos aqui para ampliação são compostos por uma equipe multidisciplinar, então não é um né, não é um profissional que tirou essa ampliação, e todos esses estudos da cabeça, é uma equipe toda multidisciplinar que fez todo o estudo voltado para fauna, flora, meio socioeconômico e aí a gente demonstra aí a seriedade desse estudo que vocês têm aí a oportunidade de verificar.

Aqui a gente traz um pouquinho sobre o empreendimento, como ele tá estabelecido hoje, como ele tá licenciado hoje. A Minas Mineração opera aí com a lavra a céu aberto de minério de ferro, o processamento do minério a seco, e a gente possui aí pilhas né para empilhamento de estéreo e rejeito, hoje a Minas tem uma produção de 600.000 toneladas, e o objetivo aqui é ampliar mais 200.000 toneladas, passando para 800.000 toneladas. A gente inclui aqui o nosso processamento de a seco hoje é 600.000 toneladas e se prevê o incremento aí de 900.000 toneladas passando para 1,5 milhão e a gente tem aí a pilha né que passa aí de 13 para 22 ha para disposição,



totalizando 36 há, e aqui a gente traz dois códigos que são muito importantes, que é um de reaproveitamento de rejeitos, que é que é um ponto ambiental muito favorável, então a gente tem um código aí para reaproveitamento de rejeitos e a UTM a úmido que vai permitir o reaproveitamento desse rejeito então, a gente vem aí com uma proposta de de benefício pro meio ambiente de reutilizar o material que já estava ali descartado, e mais uma vez endossando e demonstrando aí a preocupação da empresa né, com o desenvolvimento sustentável das atividades, pode passar.

Hoje a Minas Mineração com a licença que ela detém, ela possui aí várias condicionantes né para operar. Condicionante de uma licença, são obrigações que a empresa tem, onde ela demonstra aí com uma frequência de tempo pro órgão ambiental, tudo, todas as medidas né mitigadoras, que são executadas, as compensatórias né, todo o cuidado aí para desenvolvimento das atividades. Então aqui tá listado todos os programas que a Minas Mineração desenvolve hoje, então vocês podem ver que a gente tem um foco muito grande, uma preocupação muito grande né, com o sistema de drenagem, com a questão da água, a gente sabe o valor da água, tem essa preocupação lançamento de efluentes né, a gente não tem nenhum lançamento de efluentes direto em curso d'água, então a gente entende que água é vida, entende o contexto da região e tem todo um todo programa aí, de cuidados voltado aí pro desenvolvimento dessas atividades.

A Minas Mineração acho que a maioria aqui né conhece o histórico da atividade naquele local, ela tem um histórico antigo, mas a Minas Mineração mesmo, assumiu a Mina em 2020. Desde 2020 para cá, ela vem desenvolvendo várias melhorias ambientais, buscando aí essas né dentro dessa certificação, desses ISOs que ela possui, mas buscando esse desenvolvimento ambiental. Então a Minas Mineração desde 2020 ela tem substituído aí energia né, substituído os postes de energia por uma energia solar, buscando aí a utilização de energia renovável, a gente tem a construção de um tanque de evapotranspiração TEVAP, tem também a substituição de combustíveis fósseis por cavaco, então a gente deixou de usar diesel né no nosso processo ali, e faz uso da biomassa de cavaco.



Foi implementada também uma subestação elétrica, substituindo aí os geradores a diesel por energia mais limpa, tem toda essa preocupação aí com o meio ambiente né, e com os nossos processos. Além das aspersões aí pelo de caminhão pipa, a gente desenvolveu também um uma aspersão no sistema de britagem né, para contenção de poeira, particulado, preocupando aí com o bem-estar dos nossos colaboradores da vizinhança da região.

E em parceria com o SAAE um importante parceiro aí da Minas Mineração, foram executadas várias medidas de terraceamento, buscando aí diminuir processos erosivos contribuir aí para a revitalização do Ribeirão Graipu.

A Minas Mineração ainda promove palestras periodicamente, trimestralmente. A Minas abre suas portas né para receber a comunidade para tratar aí de temas importantes, sobre meio ambiente capacitação, então a empresa tem ali essas portas abertas ali para tratar dos programas de educação ambiental ok?

Agora eu vou, a gente vai entrar na parte aqui propriamente dita do processo de ampliação eu trouxe um pouco do cenário da Minas Mineração como ela é hoje, e para isso eu vou chamar o apresentador aqui que vai apresentar o Felipe que vai dar sequência.

Mestre de cerimônia: Nós agradecemos a Fabiana Amaral da Geo Mineral pelas suas, e agora passo a palavra para o senhor Felipe Abrantes do grupo G5S que fará a apresentação do RIMA.

Felipe Abrantes: boa noite a todos né, dando uma sequência aqui na apresentação que a Fabiana já tava fazendo, inicialmente ela falou um pouco da condição de operação atual da empresa, eu já vou entrar especificamente no projeto de ampliação que tá sendo pleiteado pela empresa e que é objeto da audiência pública de hoje.

Como a gente pode ver, a Minas Mineração hoje já detém uma licença de operação, e tem uma área diretamente afetada, licenciada de aproximadamente 62 ha. Com esse projeto de ampliação que tá sendo pleiteado, vai ter um acréscimo nessa área



licenciada por mais 8 ha, que vai ser desenvolvido para a mineração propriamente dita, esses 8 ha estão representados nessa área aqui, e mais 22 ha aproximadamente, que tá nessa área aqui para a instalação das novas pilhas.

Dentro desse conceito de dessas novas atividades que já estão licenciados, que vão ser ampliadas, a gente tem um estudo alternativo locacional, exatamente visando reduzir os impactos ambientais, e não só estudo de alternativa locacional, também estudo de alternativa tecnológica. Pra área de mina, de cava né, onde o minério vai ser extraído esse não existe alternativa locacional, porque o minério só ocorre onde a natureza permitiu que ele ocorresse em formas que de concentração, no caso aqui minério de ferro, que tem viabilidade econômica para ser explorado. Então, o local da futura cava da Jazida, esse não cabe estudo alternativo locacional, já pra unidade de tratamento de mineiro tanto que tá em operação hoje, que vai ter a sua capacidade de tratamento ampliada, com uma nova unidade de tratamento de minério que vai ser instalada UTM a úmido, né principalmente com esse foco de aproveitamento do material disposto em pilha, esse vai se dar dentro das áreas já industriais e já licenciadas pela empresa. O que vai demandar efetivamente novas intervenções, são a construção das duas novas pilhas estando de estéreo e de rejeito.

Aqui a gente vê a localização da futura nova frente de lavra, que vai ocupar a área de Lavra, efetivamente ela não chega a 5 hectares, essa área total de 8 ha e alguma coisa, é considerando toda a infraestrutura da frente de lavra. Igual eu já falei aqui, quando a gente fala em área de extração mineral, não existe alternativa locacional, em termos de alternativa tecnológica, a empresa tá adotando né, hoje já em suas operações e vai continuar nessa mesma nesse mesmo conceito, os métodos de lava já implementado por outras empresas de mineração consagrado, que a cava céu aberto né, ela formada em bancos, de forma a dar estabilidade essas frentes e lavra. Não há utilização de nenhum tipo de detonação né, toda a extração mineral ela é feita por escalificação né mecânica, então não tem uso de explosivos que também é algo positivo. Até pela própria característica do minério, aqui a gente já tem a localização da futura né, área de instalação da nova UTM e da UTM que vai ser ampliada.



Como a gente pode ver, ela tá dentro da área já licenciada pela licença de operação que hoje a empresa detém, de número 75 que tem validade de 10. Aqui, em termos de alternativa tecnológica, hoje a Minas Mineração faz a o processamento né, o tratamento do minério extraído hoje, via a seco né, uma concentração magnética a seco, ou seja, não há adição de água no processo industrial, e pretende né ampliar essa unidade que já faz essa concentração do minério a seco, a sua capacidade instalada em mais de 900.000 toneladas e implantar uma nova unidade que vai fazer o tratamento via úmido, também concentração magnética, porém, esse sistema úmido, ele é um circuito fechado, toda a água que vai ser utilizada no processo industrial vai ser tratada na própria na própria unidade industrial e recircular, e o rejeito né que é o subproduto gerado do processamento do minério, esse rejeito ele é desaguado né, ou seja, a maior parte da água contida nele é tirada, que vai dar esse material que a gente colocou como exemplo, material bem seco que pode ser empilhado, e essa água proveniente desse rejeito também vai voltar pro processo industrial para ser reaproveitada. Isso resulta, em menor consumo de água e também resulta em não lançamento de qualquer fluente industrial em corpo hídrico.

Aqui, só para exemplificar né, o estúdio alternativa locacional que nós fizemos para pra implantação das pilhas de estéril e rejeito, que é uma matriz que nós adotamos no estudo de impacto ambiental, obviamente aqui ela tá mais resumida, mas é só pra gente exemplificar, os principais critérios que a gente observa para a instalação de uma pilha de estéril e rejeito, é tanto os aspectos ambientais, relacionados à vegetação, recurso hídrico e topografia, por quê a topografia na instalação de uma pilha de estéril e rejeito ela é muito importante, porque a topografia do terreno vai garantir também a estabilidade geotécnica daquela estrutura né, então nesse estudo alternativo locacional a gente não só leva em consideração aspectos ambientais importantes, como também aspectos da engenharia.

Aqui, a gente vê o mapa né que consta tanto do EIA, quanto do RIMA, do estudo de alternativa locacional, dentre as três alternativas locacionais que a gente avaliou, as que apresentaram as melhores condições tanto ambientais, como do ponto de vista da

engenharia, é a alternativa três que tá destacada, esses dois polígonos em verde, ou seja, esses dois locais com a instalação dessas pilhas é o que vão demandar menor intervenção ambiental e que apresenta as melhores condições topográficas para assentar essas estruturas no terreno.

Aqui, já entrando propriamente dito no diagnóstico ambiental que compõe o estudo de impacto ambiental, a gente tem um diagnóstico socioambiental, que é exatamente o levantamento de todas as informações relevantes tanto do ponto de vista ambiental como social, a partir desse diagnóstico a gente faz a delimitação de três níveis de áreas de estudo, onde a gente realiza esse diagnóstico. A gente tem a área diretamente afetada, que é a área efetivamente onde o empreendimento vai instalar e desenvolver essas atividades, a área de influência indireta que é uma área no entorno desta área diretamente afetada que tem condições de perceber de forma mais direta os impactos gerados pelo empreendimento e a área de influência indireta, ou seja, a área de influência indireta ela tá no entorno dessas duas outras áreas de influência aí e nela os impactos ambientais são percebidos de forma de menos intensidade.

Esse diagnóstico ambiental né, socioambiental, ele passa tanto pelo meio físico, biótico e socioeconômico. Meio físico só para exemplificar, seria solo, geologia, clima, relevo; Meio biótico, fauna e flora; e o Socioeconômico é realmente não só o estudo da interação das pessoas com o meio ambiente, a dinâmica econômica do município, da região, mas como também as demandas da comunidade né. Dentro desse contexto do diagnóstico socioeconômico, dentro do estudo de impacto ambiental, nós aplicamos um realizamos né um diagnóstico ambiental participativo para o programa de educação ambiental da empresa.

Aqui, a gente pode ver as áreas que nós delimitamos para o diagnóstico ambiental do meio físico e biótico, é na sequência as áreas de influência diagnóstico socioambiental, que a gente pode ver ali, na sequência o diagnóstico do meio biótico né, foi feito um levantamento de flora dentro dos limites da área do empreendimento, dentro da ADA.

Como resultado desse diagnóstico de flora, foram identificadas espécies né que vão ter que ser suprimidas para a implantação do empreendimento.

Aqui o resultado desse diagnóstico de flora, igual eu falei no slide lá no início, a área de ampliação desse projeto ela gira em torno de 70 ha, mas a área efetivamente que vai ter intervenção ambiental, que vai ter corte de vegetação que depende de autorização do órgão ambiental, corresponde a cerca de 31 hectares. Desses 31 hectares, apenas 3 hectares aproximadamente são de mata, o restante são áreas antropizadas compostas basicamente por pastagem com árvores isoladas.

Aqui a gente pode ver o local onde foi realizado o levantamento de flora para compor a autorização para a instalação das duas pilhas né, são esses dois polígonos, um amarelo e outro em verde. Aqui já é a área da cava, parte da cava vai ser ocupada, onde tá sendo passado o mouse ali, ela é ocupada por floresta nativa né, dentro do bioma mata atlântico, e o restante da área ele é composto por plantio de eucalipto ou pastagem já antropizada. Como resultado né, dentro do levantamento dessas áreas antropizadas, de pastagem que gira em torno de 28 há, foram identificadas 164 árvores que estão enquadrados em alguma forma de grau de ameaça né, ou uma espécie ameaçada por algum tipo de extinção de algum nível, ou é protegida por lei né, como por exemplo, o Ipê Amarelo tem uma lei estadual, específica que protege ele. Já na área de floresta, é de aproximadamente 3 hectares foi identificado 440 aves nessa condição, com algum grau de ameaça ou com proteção específica por lei né. Então desse total né, considerando todas as áreas de intervenção ambiental vão ser suprimidas 604 árvores que representam essa condição, algum grau de ameaça em termos de conservação da espécie, ou porque é protegida por lei específica.

Dentro do diagnóstico ainda do meio biótico, foi feito o levantamento da fauna local, aí foi feito o levantamento das espécies de peixe de ocorrência nos rios da região, dentro desses peixes aí que foram levantados não foi identificada nenhuma espécie ameaçada de extinção endêmica né, endêmica quando só ocorre naquele local ou que representa algum grau de ameaça ou de extinção. Já a mastofauna, que a gente tá



falando de grandes, médios e grandes mamíferos pequenos, médios e grandes mamíferos, também foi feito um levantamento, onde foi identificado treze espécies distribuídas em seis ordens e 11 famílias. Já em mamíferos, foi encontrada uma espécie que tá em algum grau de ameaça, que é o gato do mato. Ele tá como ameaçado em algumas listas, de nível estadual, nacional e eu acho que até mundial.

Já herpetofauna né, que aí pega répteis e anfíbios, também foi feito né um levantamento, da ocorrência desses bichos aqui na área, onde a empresa pretende se instalar e também não foi identificada nenhuma espécie ameaçada, endêmica, que representa algum grau de relevância ambiental maior.

Já dentro da avifauna, espécie de fauna, já foram identificadas 436 espécies de possível ocorrência na região, dentro desse contexto foi encontrado duas espécies que também representam algum grau de ameaça, que é o curiô e o papagaio do peito roxo se eu não me engano né, mas que, mais à frente a gente vai ver que tem medidas para evitar esse impacto sobre a fauna também.

Aqui já entrando no diagnóstico sócio socioeconômico do município, né a gente faz um diagnóstico completo do município de Sabinópolis, aqui tem alguns dados a respeito do município. O município de Sabinópolis é o quarto município mais populoso da microrregião de Guanhães com 14.000 habitantes aproximadamente segundo o último censo do IBGE de 22, o PIB da cidade hoje tá girando em torno de 334 milhões de reais, sendo 34% desse valor advindo da indústria, na sequência vem representado pela participação de serviços né, que aí engloba tudo salão de beleza, loja, enfim e o restante vem do poder público, do município, 21% e o restante da agricultura e pecuária.

Um dado que é interessante, que a gente chama atenção para essas informações aqui, a gente pode ver que hoje o município de Sabinópolis como muitos outros municípios ele tá se tornando um município basicamente urbano, mais de 70% da população do município de Sabinópolis hoje, reside na sede, não na zona rural mais.



A partir desse diagnóstico né, que a gente faz um diagnóstico geral do município, a gente entra no diagnóstico ambiental das áreas próximas à ADA do empreendimento. Para isso o que que a gente fez nós delimitamos a área de influência direta do empreendimento, do projeto de ampliação, que a partir dele, da área diretamente afetada nós demos um buffer de 1 km em torno dela e levantamos 50 propriedades e residências rurais, onde nós visitamos uma a uma igual tá representado no mapa aí, e apresentamos um e aplicamos um questionário socio participativo, socioeconômico, para identificar o perfil da propriedade, o perfil das pessoas que nela residem, a forma de uso que elas dão à propriedade, exatamente para traçar os possíveis impactos dessa ampliação sobre essa comunidade que tá no entorno imediato do empreendimento.

Aqui, a gente está trazendo alguns dados que foram resultado desse diagnóstico que nós fizemos. O local dessas, a localidade, 90% dos entrevistados moram nessas propriedades, profissão desses entrevistados 39% deles são lavradores, 12% são donas de casa, 10% aposentados. A finalidade da propriedade em 68 dos em 68% das propriedades visitadas, todos têm essas propriedades como residência e como uma fonte de renda, de subsistência. A participação da atividade realizada, as principais atividades realizadas nessa propriedade passam pela cultura de alimentos né, horta, enfim, produção de pequenos animais, seguido da pecuária de gado, para a produção de leite, com 18%, mas, condição dos entrevistados em relação à propriedade, 70% são proprietários ou moradores nessas propriedades. A fonte de abastecimento dessas propriedades, em 72% dos casos são cisternas, em 20% são nascentes, em 8% é uma mescla, tanto de cisterna como nascente para obter a água para abastecer essas propriedades.

O principal curso d'água utilizado em todas essas propriedades, é o Ribeirão Graipu em 70% delas, até pela própria localização da mina ali, do projeto de ampliação que ela tá integralmente localizada na bacia do Ribeirão Graipu. Tipos de uso da água, das propriedades, em 44% é para dessedentarão animal, em 33% delas é para a pesca, em 11% irrigação de horta, e 11% também limpeza de curral.

(31) 3191-4760 minasmineracao.com.br

Rua Desembargador Jorge Fontana, 600 – 3º andar
Belvedere – Belo Horizonte/MG – Cep. 30320-670

Percepção de alterações ambientais após a instalação da empresa, foi uma pergunta que nós colocamos pro pessoal que mora no entorno, ou seja, 78% das pessoas entrevistadas, atestaram que sim, que perceberam diferenças sim ambientais depois da entrada em operação do da empresa de mineração. Alterações negativas percebidas né, 18% não teve essa percepção, 4% não soube informar ou preferiu não se manifestar né, que é livre. As principais alterações negativas que foram apontadas, foi o aumento da fumaça né, em função da operação do empreendimento, com 42%, e aumento dos ruídos de veículos e máquinas, com 33%, e aumento de veículos e o trânsito de veículos na sequência. Então, são os três pontos principais que foram apontados na entrevista que nós fizemos, como impacto assim né, uma percepção negativa.

Em termos de alterações positivas que foi percebido, 88% dos entrevistados apontaram a geração de emprego e renda, 6% a manutenção e melhoria de estradas e os demais assim valorização dos seus imóveis, né em alguns casos foi apontada valorização do imóvel.

Como sugestões dos moradores do entorno do projeto para melhoria da região, muitos apontaram, reduzir a poeira né, isso foi igual a Fabiana apresentou inicialmente aqui, a empresa adotou uma série de medidas para melhorar o controle das emissões atmosféricas, dentre ele está o próprio programa né, de monitoramento dessas emissões, além disso, tem ações que são executadas constantemente como aspersão de vias, aspersão direta nas na planta de beneficiamento, foi adquirido um sistema se eu não me engano, pessoal da área técnica vai especificar, mas não sei se é australiano ou da Alemanha, que são jatos de alta pressão que são aplicados direto na planta de beneficiamento, o que reduz consideravelmente as emissões.

Com relação aos ruídos, barulho, também foi adotada uma série de medidas, de ajuste de turno, de trabalho, de equipamento, tudo isso para reduzir, além disso do próprio monitoramento desses fatores ambientais aí que a empresa também é obrigada a monitorar e controlar.

Temas de interesse sugeridos pelos moradores para cursos né, isso também foi outra questão que foi colocada. Construção de fossa séptica, sumidouro, foi 20% das indicações; gestão de resíduos sólidos, 18%, o pessoal reclama muito, quem mora na área rural né, que o município às vezes, a coleta municipal não atende; recuperação de nascentes foi outra área que apontaram como área de interesse para ser capacitado com 16%, e custos profissionalizantes com 10%.

Aqui, só para exemplificar, quando a gente fala que a empresa vai adotar um sistema de concentração de minério via úmido, a gente trouxe um resumo do balanço hídrico com os seguintes usos: aspersão de vias, aspersão do pátio, consumo humano e aspersão por spray nas correias transportadoras para controle da poeira e concentração a úmido. Com todos esses usos, que já tem hoje que vão ser ampliados, a empresa vai consumir 4,7 L/ segundo de água, ou seja, mesmo com a ampliação do empreendimento e com a introdução de um sistema de tratamento a úmido, não haverá alteração no balanço hídrico que a empresa tem hoje, ou seja, todas as processos de outorga, todas as autorizações que ela tem para uso da água, junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas, vai permanecer o mesmo, não vai ser necessária nenhuma nova intervenção em recurso hídrico tá, mesmo considerando a aprovação do projeto de ampliação.

Captações autorizadas existentes, a gente pode ver que das seis captações que a Minas Mineração detém hoje válidas, cinco delas são consideradas de uso significante, ou seja, é uma vazão que o órgão gestor estadual dos recursos hídricos, considera insignificante que não é passível de outorga, tá, e apenas uma dessas captações é tida como outorga por ter uma vazão maior.

A nova intervenção, que tá vinculada em termos de recurso hídrico, ela tá relacionada à nova cava que vai ser aberta, essa cava ela vai demandar a partir do desenvolvimento dela, o desaguamento dela, o que que significa, à medida que o minério né, o estéreo que é o material que recobra esse minério que tem potencial econômico vai sendo tirado e vai sendo escavado do terreno para chegar nesse

minério, você vai tendo um relevo negativo, a partir de um determinado ponto atinge-se o nível freático ali. Além de atingir o nível freático, essa cava ela tem potencial de armazenamento de água de chuva, a esses dois fatores vai demandar o desaguamento, ou seja, o bombeamento dessa água que vai ser acumulada na cava para a exploração do minério. Isso significa o quê, que uma intervenção em termos de recurso hídrico, né não tão relevante né, em termos de gerar algum estresse hídrico mais sério, porque não vai ser necessária a instalação de bateria de posse para rebaixamento de lençol. Maior parte do estudo hidrogeológico apontou que a água que vai ser desaguada dessa cava vai ser proveniente da própria água de chuva, não do afloramento da água subterrânea que tá contida no subsolo ali.

Aqui a gente trouxe o obviamente né de forma resumida a matriz de avaliação de impacto ambiental, então para cada meio diagnosticado nós identificamos impactos ambientais.

Pro meio físico, os principais impactos que nós identificamos são indução e intensificação de processos erosivos, risco potencial de contaminação do solo, alteração da paisagem do relevo, alteração da qualidade do ar, alteração dos níveis de ruído e pressão sonora. Os principais programas né, medidas mitigadoras que vão ser adotadas para controlar esses impactos estão elencados aqui, então é o programa de implantação e manutenção do sistema de drenagem de águas pluviais, programa de recuperação de áreas degradadas, programa de manutenção preventiva e periódica de equipamentos, programa de gerenciamento de resíduos sólidos, programa de controle de emissões e particulares, programa de monitoramento de qualidade do ar e programa de monitoramento de ruído e utilização de equipamentos novos e modernos, ou seja, lembrando que, todos esses programas boa parte deles, hoje já estão em execução e vão ser ampliados para atender a ampliação do projeto também.

Ainda dentro dos impactos identificados por meio físico, nós temos risco potencial de alteração da qualidade da água superficial, risco potencial de alteração da qualidade das águas subterrâneas, alteração da dinâmica hídrica e alteração da disponibilidade

ídrica. Os programas que vão ser implantados ou ampliados para mitigar esses impactos e monitorar eles serão, programa monitoramento do nível de água subterrânea, que já é feito hoje, programa de instalação e manutenção do sistema de drenagem pluvial, programa de monitoramento da qualidade da água superficial, programa de gestão com vista da manutenção, treinamento sobre procedimentos preventivos de risco de vazamento e contaminação, programa de monitoramento geotécnico das pilhas de estéril e rejeito.

Já entrando nos impactos específicos do meio biótico, a gente alteração natural, é remoção da cobertura vegetal e perda de espécies. Para mitigar esses impactos e compensá-los vai ter a execução do projeto técnico de recuperação da flora, plano de recuperação de área degradada, projeto de compensação ambiental, programa de resgate germoplasma, programa monitoramento de espécies ameaçadas da flora.

Ainda dentro dos impactos do meio biótico, alteração ou redução de fragmento de habitat, afugentamento de espécie, perda de riqueza e diversidade e homogeneização biótica. Alguns dos programas se repetem aqui né, que eu não vou ler eles novamente, mas para isso, além dos programas já falados anteriormente, nós vamos ter programa de monitoramento de fauna, programa de educação ambiental e programa de resgate e afugentamento de fauna, que vai ser executado antes de executar qualquer supressão de vegetação.

Já entrando nos impactos socioeconômicos, eles são em maioria positivos né, então aumento do trabalho e renda, aumento da arrecadação tributária, dinamização da economia local, aumento da qualificação profissional. Para esses impactos, não existe medida mitigadora pois são impactos positivos né, cabe a empresa né, a gente impulsionar esses impactos né, então através da geração de vagas de emprego direto e indireto, manutenção e compensação financeira pela exploração mineral, o CFEM, manutenção pela demanda de bens e serviços, contratação e capacitação de mão de obra tanto local como regional.



Alteração da dinâmica populacional, pressão sobre o uso da infraestrutura básica, intensificação do trânsito de veículos na região do entorno do empreendimento, indução de poluição no entorno. Esses são alguns impactos negativos, e para eles vão ter as medidas mitigadoras, que passam pela implementar programa de comunicação social, acompanhar a aplicação de recursos junto ao município, o programa de educação ambiental, promover gerenciamento de tráfego, programa de controle de emissão de material particulado, programa de monitoramento da qualidade do ar e programa de monitoramento de ruídos.

Aqui né, tá o resumo de todos os programas com os cronogramas, a gente tem programas que são de execução contínua, igual o programa de controle de emissões atmosféricas, programa de monitoramento de qualidade do ar, programa de monitoramento da qualidade de água superficial, programa de gestão de resíduos sólidos, programa de monitoramento de ruídos, programa de afugentamento, não né é o PRAD, desculpa, que ele é executado ao longo de toda a vida útil da mina.

Aqui estão os outros programas né, programa de manutenção de sistema de drenagem pluviais, programa de educação ambiental, que é o PEA, que já tá em execução além de vários dos programas que eu já citei aqui, programa de monitoramento gerenciamento de pilha de estéril e rejeito, programa de monitoramento de nível de água subterrânea, a gente pode ver pelo próprio cronograma que tem programas que são executados o ano todo, alguns deles com intervalo a cada 3 meses depende né, cada situação. Ainda, programa de monitoramento de espécie ameaçada da flora, ou seja, esse é um programa bastante relevante, porque no momento da supressão, antes de iniciar a supressão do fragmento de floresta que vai ter que ser cortado, entra-se resgatando sementes, mudas para ser realocadas, programa de afugentamento e resgate fauna, também executado antes da supressão da vegetação, para evitar que tenha estresse dos animais silvestres ali, programa de monitoramento da fauna, para ver o impacto do empreendimento sobre a fauna local, programa de resgate de germoplasma, que

também passa por esse no momento da supressão, resgate de planta , de epífitas, sementes , mudas, que vão estar presentes na área ali.

Pode passar, aqui gente, a gente já tá chegando no final aqui vou acelerar um pouquinho por causa do meu tempo, mas dentro do conceito do EIA/RIMA, do estudo de impacto ambiental, a gente considera a não implantação do empreendimento e a implantação do empreendimento, considerando a não implantação do empreendimento, em resumo, a gente teria o encerramento das atividades da empresa, o que traria um impacto social muito grande pra cidade né, em termos de arrecadação, impostos de trabalho, e do ponto de vista ambiental, dentro do conceito que nós avaliamos do EIA/RIMA, dentro da matriz de avaliação de impacto, em termos ambientais, a gente percebe que não teria nenhum ganho significativo, por que, aquelas áreas que estão sendo requeridas pelo projeto de ampliação continuariam na mesma condição, e lembrando que maior parte dessa área são áreas antropizadas, quase 29 hectares, a área de mata efetivamente que será utilizada ela não chega a 3,5 hectares né. Então a gente, em resumo seria isso, o prognóstico de não ampliação do empreendimento.

Considerando o prognóstico de implantação do empreendimento, a gente teria uma série de benefícios principalmente do cunho social, relacionado à arrecadação, geração de emprego, manutenção de emprego e renda geração de políticas públicas, enfim, tem uma série de benefícios que seriam mantidos com a manutenção da operação do empreendimento. E um projeto de ampliação como esse que está sendo proposto, ele visa o prolongamento da vida útil da empresa que já tá instalado hoje no município.

Em conclusão já aqui, igual né foi colocado aí pela equipe da URA Leste de Minas, no EIA/RIMA, esse detalhamento tanto de prognóstico de não instalação, como de instalação, como conclusão tá lá. Como conclusão que a gente conclui no estudo ambiental que nós elaboramos da seguinte forma: É importante ressaltar que todas as transformações identificadas relacionadas aos aspectos e impactos ambientais reais, foram apresentadas ações de controle mitigação e/ou compensação dos impactos



negativos, ou seja, o empreendimento busca de forma sustentável a autorização para implantação da ampliação causando o mínimo de impacto ambiental. A análise ambiental feita pelo estudo impacto ambiental né pelo EIA/RIMA, que é o estudo mais robusto, permitiu visualizar que para cada potencial alteração declarada foi possível a preposição de soluções concretas e que as medidas de caráter estritamente de controle mitigação e monitoramento dos impactos negativos tem capacidade de gerar respostas adequadas aos impactos previstos. Traduzindo isso tudo, para todo impacto que a gente identificou e avaliou, foi possível propor alguma medida de monitoramento, de mitigação e de controle, ou seja, esses impactos eles vão ocorrer, mas vão ocorrer de forma controlada e dentro dos preceitos legais né, tanto que tá tudo dentro dos preceitos legais, nós estamos hoje aqui reunidos apresentando os estudos, eu sou parte da equipe, desse estudo né, tô me expondo né, apresentando o resultado do nosso trabalho aqui, né exatamente com total transparência, não só a gente a própria empresa também exatamente para trazer essa transparência e abrir o debate para a gente tirar as dúvidas e fazer com que todo mundo efetivamente entenda né, o propósito do estudo, o propósito da empresa de forma clara. É isso, eu agradeço né, e agora na ordem aqui vai ter o espaço pra gente responder os questionamentos. Obrigado!

[Aplausos]

Lirriet: Vocês vão querer usar o tempo restante de vocês? São 45 minutos, tem tempo ainda para a fala. Desistiu do tempo? pode finalizar? Ok? Ok pessoal.

Então pessoal, os representantes do empreendimento desistiram dos 5 minutos restantes, a gente passa pro próximo bloco de manifestação que é do promotor de justiça que tem 30 minutos para expor a solicitação.

Antes eu gostaria de fazer um agradecimento adicional a Polícia Militar, que tá presente, sargento Marques, tenente Eider Assis, ao senhor Adriano Barroso, controlador geral de Guanhães, Vinícius Pimenta, procurador adjunto de Guanhães, o



Senhor Henrique Bretas, procurador geral de Guanhães representando Evandro Lote prefeito de Guanhães.

Promotor com o senhor palavra, tempo regimental de 30 minutos por favor.

Álvaro Calazães (Promotor): Pode ser aqui? ah tem um aqui né.

Boa noite a todos, meu nome é Álvaro Calazães, eu sou promotor de justiça titular da Primeira Promotoria de Justiça de Guanhães e atualmente eu coopero aqui na comarca de Sabinópolis, em razão da ausência de designação de um promotor de justiça específico, um promotor de justiça exclusivo aqui pelo menos provisoriamente, a eu faço às vezes com o Dr Sidioni, que é da comarca de São João Evangelista, a gente divide essa incumbência aqui de bem tratar das matérias atinentes ao município de Sabinópolis e da os municípios da comarca de Sabinópolis.

Eu vou ser breve na minha explanação, na verdade eu queria só apenas aqui deixar claro qual que é a função e o papel do Ministério Público dentro dessa exposição de fato das da situação das circunstâncias concretas do caso para a sociedade. O Ministério Público, por determinação constitucional, é uma instituição incumbida de analisar a ordenamento jurídico e ver se a situação fática se enquadra e obedece ao ordenamento jurídico, então o Ministério Público por disposição dos artigos 127 e 129 da Constituição, fiscaliza o cumprimento da determinação constitucional, esse é o papel primordial do Ministério Público. Aqui hoje eu tô como fiscal da lei e fiscal da Constituição.

Um licenciamento ambiental, seja para implantação ou para ampliação de um empreendimento que causa ou tem potencial de causar degradação ambiental deve passar por essa análise por esse filtro, por esse prisma, acurado não só dos órgãos que promovem o licenciamento ambiental, mas também no Ministério Público, isso porque é necessário que a gente leve em consideração premissas e perspectivas numa linguagem um pouco mais clara, é necessário que a gente se coloque de frente da sociedade, à frente da sociedade com honestidade. Aqui foi falado naturalmente que a mineração é importante, e é importante mesmo, que a mineração é responsável por



fornecer pasta, por fornecer celulares, e de fato, e eu quero pasta, eu quero celular, eu quero carro, isso é extremamente importante, é fruto de um sistema capitalista, quem é que não quer ver a sociedade, a nossa cidade se desenvolver? Isso daí é natural. O que a gente tem que levar em consideração, é que não se produz pasta, e se produz celulares e carros com a intenção e com o objeto de satisfazer a necessidade da população, naturalmente, isso é natural, e é honesto falar isso aqui agora, se produz pasta, se produz celular, se produz carro, se produz o que quer que seja, visando o lucro. Isso é normal, é natural, faz parte de uma sociedade capitalista, e na minha opinião, Deus me livre de viver numa sociedade que não seja assim, no entanto a nossa função como poder público, é promover um meio termo, é fazer com que essa necessidade de lucro, e essa busca, esse anseio pelo lucro, não sobrepuje direitos fundamentais.

É necessário que a gente consiga encontrar e consiga analisar, verificar, um copo meio cheio, para que a nossa sociedade cresça, mas não cresça exclusivamente em um determinado ponto, em um determinado núcleo, e as partes periféricas, as partes que não têm voz, não cresçam junto com aquelas que têm a capacidade produtiva. Então, o que eu o que me preocupa, e o que me deixa, o que me faz, eu prometi não me alongar porque o Renato tá aqui para analisar, que analisou o EIA, o RIMA, analisou os critérios técnicos e analisou os dados técnicos do projeto, eu vou deixar a palavra para ele, para que ele possa trazer aqui as conclusões técnicas. Mas como promotor de justiça, a minha função é de expor a minha preocupação como pertencente do poder, ao poder público.

Quando a gente fala de pontos positivos, e a gente tem que levar isso em consideração e pontos negativos, é necessário que se tenha em mente o seguinte: aquilo que aparenta ser algo extremamente benéfico, tem que ser tratado com extremo cuidado para que para que não seja um cavalo de Troia, para que a gente tenha a concepção de que nem tudo que brilha ali é ouro, é necessário sim que a gente extraia aquele ouro, é necessário sim que a gente consiga promover o desenvolvimento da nossa sociedade. Se você me perguntava você quer ampliação do empreendimento, sem

sombra de dúvida, eu não tenho dúvida disso né. Como pertencente da sociedade, o desenvolvimento faz parte, a industrialização faz parte do desenvolvimento, a nossa sociedade só vai se desenvolver se a gente produzir. É cientificamente comprovado que o nível de não de riqueza, mas de desenvolvimento de uma sociedade, está relacionado com a capacidade produtiva dela, isso é verdade. Agora, o que a gente tá, e isso vai acontecer inevitavelmente porque como dito no sistema capitalista, a produção é o que comanda a sociedade, no entanto a minha função aqui e a função do poder público é de fazer valer a Constituição, fazer valer aquele núcleo duro de direitos fundamentais que foi conquistado com muita luta, com muita garra, com muita com muito sofrimento, com muitas mortes, com muita penúria.

Então, quando a gente fala também de uma um aumento da produção, eu não sei dizer a periodicidade, mas de 200.000 para 800.000 toneladas, a gente sabe que vai ser um aumento potencial, um aumento vertiginoso e a gente tem que levar em consideração que, quando se fala de arrecadação tributária para o município, e quando se fala de geração de empregos e renda, o contraponto, a análise do contraponto também são verdadeiros. Se eu arrecado de um lado, eu arrecado mais naturalmente, porque eu produzo mais, por outro eu vou ter que gastar mais, porque outros funcionários vão precisar vir para a cidade, é necessário que se promova um aumento da infraestrutura municipal, posto de saúde, escolas, pavimentação, a criminalidade naturalmente aumenta. Isso daí é fato, isso daí é um fato, isso daqui é baseado em ciência, não é uma invenção minha, então todos esses contrapontos têm que ser levados em consideração. A gente tem que analisar isso sem sombra de dúvida, e o meu papel aqui hoje...

Lirriet: Promotor, desculpa te interromper, é só para avisar pessoal, a gente tem pouco menos de 5 minutos para o prazo de inscrição, quem não se inscreveu ainda, temos até o momento 21 inscritos, ta bom?

Álvaro Calazães (Promotor): Perfeito, e como eu disse que eu já não iria me alongar, 34% do PIB como foi dito aqui é pertencente à indústria, no entanto a gente tem que

levar em consideração também qual é o efeito negativo dos gastos que são impelidos ao poder público para poder fazer vezes, para poder fazer a contraprestação, ali em razão do aumento da população. Uma outra coisa que eu quero levar em consideração é que, quem é mais prejudicado nesse tipo de situação, é a população, a minoria que não tem voz. Então, a gente se depara aqui numa audiência pública, onde a gente vê pessoas que estão insatisfeitas com os dados que foram apresentados aqui, tanto é que levantam cartões vermelhos, aqui naturalmente dizendo que essa, ou afirmando, que essa que essas conclusões não são pelo menos verídicas numa num grau de 100%. No entanto, chega à promotoria, pessoas reclamando acerca da ausência de escuta por parte do empreendimento. Eu não quero que o Ministério Público seja o órgão de intermediação, que seja o órgão de onde se precise ir ao Ministério Público para que eu possa e entrar em contato com a empresa, para poder, seria interessante que a própria empresa, o próprio empreendimento criasse um órgão para ouvir essas pessoas e resolver esses problemas, e eu posso afirmar com absoluta convicção, a minha forma de atuação e do Ministério Público pós constituição de 88, é uma resolução dialética de diálogo. O Ministério Público vai estar sempre de portas abertas para discutir, eu evito a judicialização porque nós somos adultos, nós fazemos parte da sociedade e a gente consegue chegar num denominador comum, porque o que a gente quer no final das coisas das contas é desenvolvimento, mas também a gente tem que observar, observar aquilo que é imposto pela Constituição. Então, o Ministério Público vai estar de portas abertas, a nossa relação vai ser sempre dialética, sempre dialógica, esse diálogo interinstitucional seja por parte da prefeitura, do Ministério Público, Prefeitura, Ministério Público, Estado, Ministério Público, empresa, vai estar sempre aberto, no entanto no momento em que não houver diálogo, no entanto no momento em que o núcleo duro de direitos fundamentais que alicessa Constituição, no artigo primeiro inciso terceiro, dignidade da pessoa humana nos moldes do que o próprio Kant prefigurava, aí a atuação do Ministério Público passará a ser mais incisiva, porque, seria a última trincheira para essa população.



Então, já partindo para a fase final da minha fala, da minha exposição, eu gostaria de informar que lá no lá no Ministério Público ainda não há um procedimento, mas que eu me comprometo de abrir esse procedimento para a gente poder fazer esse acompanhamento. Claro que uma vez eu ouvi nos, uma frase no sentido de que, essa determinação acerca do licenciamento ou não de um empreendimento vem de cima para baixo, pera aí, mas o que é cima e o que é baixo? de cima para baixo como assim? Não o licenciamento é feito pelo Estado. Sim, mas eu como promotor de justiça, eu posso procurar a legitimidade constitucional do poder judiciário, para que aplique o direito ao caso concreto. Isso daqui passa longe de ser uma ameaça, passa longe de ser uma ameaça, é mais uma exposição para a população, de que se tem a quem recorrer e que a gente tá aqui acompanhando, a gente tá aqui de olhos abertos, e a gente pede minimamente respeito aqueles que, de longa data não são ouvidos. Muito obrigado!

[Aplausos]

Eu vou só passar a palavra para o Renato, que é o técnico e que tá com dados concretos relacionados à análise.

Lirriet: Vou adicionar 30 segundos no seu prazo, só porque eu tinha interrompido àquela hora para ficar justo.

Álvaro Calazães (Promotor): Tá, não tem problema não, tranquilo.

Lirriet: Pessoal, só para comunicar que encerrou o nosso tempo de inscrição para manifestação, ok? Agora a gente segue, no próximo bloco a gente começa as manifestações. Vamos terminar de usar o tempo do promotor para o representante dele. **Renato:** Pessoal boa noite, a todas e todos, meu nome é Renato, eu sou assessor da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais, peço licença para fazer a minha exposição sentado, por que vou precisar do computador aqui tá?

Eu queria fazer algumas considerações que nos parecem cruciais acerca do EIA/RIMA aqui apresentado, relativo à ampliação das atividades da Minas Mineradora em



Sabinópolis. Em primeiro lugar, é importante destacar que o EIA/RIMA não menciona a presença de comunidades quilombolas no município de Sabinópolis, a gente tá falando de um município de população majoritariamente negra, bem acima da média nacional que já é de maioria negra, a gente tá falando de um município que tem um distrito chamado quilombo, a gente tá falando de um município com cerca de 20 comunidades quilombolas, entre certificadas, em processo de autorreconhecimento, e chama muita atenção, que o questionário aplicado pela empresa não contém uma pergunta básica, que é a raça da pessoa que tá respondendo.

O questionário aplicado apresenta algumas fragilidades metodológicas, e de conteúdo das perguntas, né as pessoas são tratadas isoladamente e não como uma comunidade.

O EIA/RIMA, ele carece de informações específicas acerca do município e das comunidades que serão impactadas, né então por exemplo, quando se vai falar da cultura do município, o EIA/RIMA traz fotos e informações da festa do Rosário do Serro e não de Sabinópolis. E a gente tá falando de uma das festas mais tradicionais do município.

Chama atenção também o fato de que a equipe técnica que realizou o EIA/RIMA, não contou com profissionais das ciências sociais né, que são notoriamente treinados na coleta e no levantamento de dados sociológicos e antropológicos. Então a pergunta que fica é: como é que a gente pode saber do impacto em uma comunidade, se a gente não tem os profissionais necessários, com a devida qualificação e com esse treinamento. Então, a gente tá falando de metodologias que vão, desde o qualitativo até o quantitativo né.

O próprio EIA/RIMA informa que para a elaboração do diagnóstico socioeconômico foram utilizados apenas dados secundários né, as informações socioeconômicas então são majoritariamente baseadas nesses dados secundários, que naturalmente são genéricos e sem especificidade local, sem a cor do local né. Então, são generalidades e com isso as medidas de mitigação propostas nos parecem também um tanto genéricas, por exemplo, no caso do impacto causado pela alteração na dinâmica

ídrica superficial e subterrânea, né então citando o EIA/RIMA para mitigação desse impacto, a Minas Mineração vem executando ações de acompanhamento e verificação por meio do programa de monitoramento quantitativo dos recursos hídricos e do e programa de monitoramento da qualidade da água assim como as demais ações vinculadas ao programa de monitoramento do nível de água subterrâneo.

Bom, como eu disse, se a gente não tem o profissional necessário, a gente não tem a informação necessária, e as realidades tendem a “desaparecer”. Então isso é uma exigência, como cientista social, eu posso dizer com tranquilidade que o trabalho de levantamento de informações e caracterização das comunidades atingidas é frágil né. Inclusive com alguns erros metodológicos, como utilização indevida de porcentagem, inclusive com erros matemáticos, né, a soma das porcentagens não dá 100 né. E tampouco é possível entender se as perguntas foram abertas, se foram fechadas, se tinha uns quadradinhos com as opções se as pessoas marcaram, ou se elas falaram abertamente, ou seja, carecemos dessas informações né.

Reforçando a análise, chama muito atenção que as considerações finais do diagnóstico socioeconômico, não trazem propriamente questões relacionadas à sociedade né, a questão social, questão econômica, então, as considerações finais do diagnóstico socioeconômico, se referem a plano de controle ambiental, monitoramento de qualidade do ar, monitoramento de ruídos, monitoramento das águas superficiais, monitoramento da emissão de material particulado, revitalização do Ribeirão Graipu. Onde estariam aqui né, onde tá o socioeconômico nas próprias considerações finais sobre o tema? Uma pergunta que fica.

Então, é como se a gente, como se não existisse uma sociedade, como se não existisse coletividade, como se não existisse uma comunidade. Aliás, se você pegar o EIA/RIMA e der um Ctrl F né, que é a ferramenta que a gente usa para buscar palavras, e escrever a palavra comunidade, ou comunidades, vocês vão ver que essa palavra aparece quando ela se refere a comunidades de anfíbios, comunidades de enfim, animais, não humanos né.



É muito importante a gente lembrar que o termo de referência geral para elaboração de estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental né, de Minas Gerais, se refere à caracterização né exige a caracterização das comunidades quilombolas e das localidades que sofrerão influência direta do empreendimento. Vocês vão notar que no EIA/RIMA não são mencionadas as comunidades, os bairros, os distritos, as localidades, elas aparecem como se não tivessem nome, como se as pessoas tivessem espalhadas uma a uma no território né.

Então algumas questões que ficam, algumas perguntas que ficam: Por que não foram identificadas as comunidades quilombolas presentes no município de Sabinópolis? Por que não foi apresentada a distância dessas comunidades em relação ao empreendimento? A gente tem inclusive um mapa, fizemos, traçamos em linha reta e boa parte da de ou, algumas das comunidades quilombolas, estão a uma distância de menos de 8 km da do empreendimento né. Então a gente reforça aqui, a importância de uma metodologia adequada, de levantamento de dados primários com validade científica né, informando a metodologia utilizada, a gente reforça a importância de um trabalho de busca ativa da comunidade né, da população, de uma comunicação transparente, de informações precisas sobre o empreendimento né, sobre as comunidades e sobre os impactos.

Além da metodologia, é preciso apresentar os conceitos e as concepções que foram utilizadas no levantamento, isso não é apresentado, qual o conceito de comunidade utilizado nesse EIA/RIMA? Foi caracterizada a trajetória histórica própria dessas comunidades? Se não, por quê? Suas relações territoriais específicas foram avaliadas? Se não, por quê? São perguntas que o EIA/RIMA suscita né. Portanto é importante apresentar a denominação das comunidades, sua localização, suas formas de acesso, seus aspectos demográficos, sociais, de infraestrutura, e isso não consta no EIA/RIMA.

Importante caracterizar melhor a ocupação atual, indicando as terras que são utilizadas para moradia, para atividade econômica, os caminhos e os percursos que a população faz, o uso dos recursos naturais. É importante caracterizar a organização

social dessas comunidades, que se encontram no entorno do empreendimento, sua relação com a terra, sua relação com os recursos naturais, suas atividades produtivas, considerando as dimensões que a gente chama de cosmológicas né, ou seja, a visão de mundo dessas populações, suas características religiosas, sua sociabilidade, seus modos de sociabilidade né, os modos de reciprocidade dentro dessas comunidades, nada disso é informado né. A divisão social do trabalho dentro desses territórios que serão impactados direta ou indiretamente, né é importante avaliar se o empreendimento vai permitir a sustentabilidade ambiental, mas também a a sustentabilidade social dessas comunidades né. Lembrando que o social, o econômico e o cultural estão juntos né, então é muito importante a gente realizar essa caracterização de forma completa né. Alguns exemplos tá que para eu não ficar soando no vago.

Alguns exemplos de lacunas identificadas no EIA/RIMA. O estudo apresenta que cerca de 30% das pessoas que responderam ao questionário mencionado né, ou seja, pessoas que vão ser diretamente impactadas, tem acima de 60 anos. o EIA/RIMA apresenta alguma interpretação desse dado? Não. Pela leitura que a gente fez, não foi feita uma análise desse dado, trata-se de uma população específica né, o que que significa por exemplo o aumento do articulado, ou seja, o aumento da poeira né para a saúde das pessoas com mais de 60 anos? A gente sabe que o aumento da poeira, do particulado sólido no ar, ele tem uma relação direta com o aumento de com o aumento de problemas de saúde crônicos por exemplo, né então a pessoa que tem uma comorbidade, qualquer problema que seja, uma pressão alta, uma diabetes, o aumento do particulado é cientificamente comprovado que ele aumenta né, as chances de ter problemas de saúde, então é necessário fazer uma análise disso né.

Outro exemplo, é informado que 72% das pessoas que responderam ao questionário, utilizam cisternas/poços, e 20% utilizam nascentes, a gente tá falando de 92% de pessoas que utilizam água diretamente do meio ambiente né. Qual será o impacto da ampliação do empreendimento na disponibilidade de água? Quais ações são propostas para mitigar esses impactos? Lembrando que, a gente colheu relatos né de que

algumas comunidades, por exemplo, a comunidade quilombola do Maitaca, permaneceu sem água durante muitos meses após o início das atividades da empresa, e eu cito o próprio EIA/RIMA, “ na etapa de instalação do projeto de ampliação do empreendimento, os aspectos que contribuem para esse impacto, qual o impacto, a alteração na dinâmica hídrica superficial e subterrânea, né na etapa de instalação do projeto de ampliação, do empreendimento, os aspectos que contribuem para esse impacto são: a supressão de cobertura vegetal nativa, com o aumento de áreas com solo exposto e compactado e consequente interferências físicas no escoamento superficial e recarga do lençol freático” né, o próprio RIMA traz o impacto da alteração nos recursos hídricos, portanto, é importante que a empresa invista né em em mitigação, no caso da ampliação do empreendimento, e invista em comunicação e na busca ativa das comunidades para esclarecimento né.

Outro ponto é que o questionário foi aplicado em 2022, então a gente fica sem saber o que mudou de lá para cá, e das 50 pessoas com as quais houve aplicação do questionário, chama atenção que 13 não tem o sobrenome mencionado, então fica aqui essa pergunta, por apenas o primeiro nome?

É muito importante chamar a atenção para o fato de que o único impacto positivo diagnosticado pela empresa no fato no caso dá para as comunidades, é a criação de empregos né, e se a gente for fazer uma conta inclusive com os dados que são oferecidos pelo próprio EIA/RIMA né, a gente tem aí uma entre 5 e 6% dos empregos do município né segundo o que tá. Esses dados são um pouco conflitantes no EIA/RIMA tá? Eles trazem dados que são conflitantes no próprio documento, então eles trazem duas tabelas com o número de empregos formais criados em 2022, com dados que são diferentes né, então o próprio o próprio documento traz algumas contradições. Mas se eu pegar um dado né, que tá no EIA/RIMA, dizendo que o setor hoje emprega 81 trabalhadores, né isso dá 4,6% dos empregos formais gerados no município, portanto, né, a gente, entende que é muito importante e ressaltar que não pode haver né desequilíbrio entre os prós e os contras né. Esse equilíbrio cabe à



empresa né, se a gente estiver falando de ética, de responsabilidade social, responsabilidade ambiental.

A nossa conclusão então é que faltam dados né, faltam dados para a gente entender né, a população da qual a gente tá falando, as populações que vão ser atingidas, a gente tá falando de comunidades que vão ser severamente afetadas né, essas comunidades que estão no entorno do empreendimento vão ser uma antes do empreendimento e vão ser outra depois do empreendimento né. Por isso a gente entende como né problemática a ausência de dados, né desses dados que a gente tá dizendo aqui.

Por fim, fica uma sugestão de que a empresa invista em relacionamento e comunicação com as comunidades, porque esse é um ponto que no nosso levantamento é bastante crítico, é bastante frágil, tá então eu tenho falas de pessoas que dizem: "Olha, a empresa não trouxe informação para ninguém, eu não vi ninguém da empresa veio aqui na minha casa, nenhuma vizinha que a empresa veio na casa, não tô tendo nenhum benefício da mineradora, o que nós recebemos de lá foi poeira e barulho a noite toda", né outra pessoa diz: "A grande lacuna que eu percebo é a lacuna de relacionamento, é a falta de ouvir a população né, eles apresentam vários técnicos ambientais mas não tem ninguém da área social, uma pessoa me disse né?"

Então fica aqui essa ressalva né. É, então fica né a esse é foi mencionado aqui um programa de comunicação social, esse programa não consta no EIA/RIMA, o EIA/RIMA não fala nada sobre comunicação social, então foi uma novidade que apareceu aqui, então fica essa sugestão né, de implementação de um programa de comunicação robusto né, eficiente junto à comunicação.

E por último um dado que o próprio EIA/RIMA traz, que é o de que 68% das pessoas que foram que responderam ao questionário, 68% das pessoas não utilizam nenhum tipo de tratamento na água que ela consome direta, consome diretamente da natureza. Tá, então a gente tá falando de 68% de pessoas que não utilizam nenhum

método, nenhum modo né, de tratamento dessa água. Então, qualquer efeito sobre a qualidade dessa água vai afetar essas 68% de pessoas tá.

E com isso eu finalizo a minha fala, não sei se o promotor quer fazer alguma consideração final, mas com isso termino minha exposição.

[Aplausos]

Lirriet: Então a gente pode tirar o cronômetro ali? Faltam 5 minutos. Pode, pode tirar?
Ok.

Gente, terminada então a essa parte de manifestação inicial, a gente pula para a terceira parte, onde nós chamaremos os inscritos para manifestação que se dividirá a início pela regra em 12 blocos. No entanto, eu tenho aqui uma lista de 27 inscritos no prazo em que nós estipulamos de 1 hora, e nós teremos nove blocos portanto de manifestação. Vou chamando de três em três pessoas, um bloco de três pessoas, cada um se manifesta pelo tempo regimental de 3 minutos e ao final da manifestação do bloco o empreendedor tem o tempo de 6 minutos para manifestar, para responder esses questionamentos.

Então, pode deixar esse tempo fixo de 3 minutos e quando, isso beleza. Vou chamando aqui o senhor André Madeira, André Viana Madeira do Sindicato Metabase.

Senhor André, pode subir ali na tribuna. 3 minutos por favor!

André Viana Madeira: Boa noite a todos e todas, população presente, trabalhadores, comunidade, o sindicato Metabase de Itabira e região representa os trabalhadores da Minas Mineração, também de Guanhães, da Serra Leste Mineração, da Herculano da Anglo América, da Vale, das 32 cidades aqui ao entorno. Estou como presidente do sindicato, temos aí acordo coletivo com os trabalhadores e viemos aqui com todo respeito ao quem pensa diferente, nos posicionar a a favor, totalmente a favor da extensão da produção da empresa da Minas Mineração, que tem trazido aí



importantes ganhos pra cidade, falo nos últimos anos mais de 47 milhões de impostos gerados na cidade, além dos diversos empregos diretos aí e indiretos que tem alcançado as famílias, que têm deixado de ver os filhos e parentes indo embora para outras regiões. Então, temos uma fase importante de escuta, tem que se apurar e ajustar aquilo que precisa ser ajustado com respeito ao meio ambiente, as comunidades, mas todos têm que ser ouvido e o sindicato se posiciona a favor sim do empreendimento que tá sendo aí solicitado pela empresa, pois acredita no progresso, no progresso dessa empresa, junto com a comunidade, população, com as cobranças devidas ou queremos aqui o garimpo ilegal que não presta conta? Se tivéssemos aí nessa mina garimpo ilegal, essa audiência sequer estava acontecendo, então precisamos levantar a voz sim, porque muitas das pessoas querem usar os benefícios da mineração, são pessoas às vezes que usam o celular, que tem componente mineral, usa aí inclusive equipamentos eletrônicos que são da mineração, esse telhado aqui ó, a treliça, vem da mineração e às vezes fica só no campo de demonizar a mineração e o setor da mineração é um setor importantíssimo para a vida humana, para a existência humana, os componentes até mesmo de ligar uma tomada, é da mineração.

Então o município tem a oportunidade de analisar isso, ouvir sim as comunidades quilombolas, ouvir sim os demais setores, acordar as discordâncias, chegar a um bom acordo, mas o empreendimento é necessário, e os milhões que caem na conta do município provam isso e os trabalhadores cadê eles onde estão os guerreiros, guerreiras aqui, trabalhadores da empresa, também são provas do progresso que estão. Pelo progresso, nós estamos a favor desse empreendimento. Muito obrigado!

[Aplausos]

Lirriet: Próxima inscrita, senhora Ivanilde da Silva, representando a federação. É federação mesmo né? Tava escrito só isso.

Ivanilde Salomé: Boa noite pessoal, meu nome é Ivanild Salomé, eu sou membra da Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais, sou vice-diretora administrativa da Nangolo, que representa as comunidades quilombola do estado de Minas Gerais, sou



também CPCT, membro da Comissão Estadual de Povos e Comunidade Tradicional do Estado de Minas Gerais, e tô no comitê técnico de saúde da população negra né. A nossa saúde é muito importante, e por isso eu estou aqui para falar sobre isso.

Eu gostaria de saber da Minas Mineração porque não foi respeitado a convenção 69 do direito à consulta prévia, livre, informada de boa-fé das comunidades quilombola. A Minas Mineração diz que, não fizeram a consulta prévia porque o decreto não existe, porém, o decreto foi derrubado pelo Supremo Tribunal Federal criado pelo governador Zema, para tirar os nossos direitos. O decreto está em vigência, e quando fizeram o estudo, ele já estava em vigência. A comunidade quilombola do Torra, foi certificada no ano passado, nós já estávamos lá, não fomos consultados assim como as demais comunidades quilombolas do município de Sabinópolis. Somos citados e não lembrados.

Eu gostaria também de saber da Minas Mineração, quais as medidas para evitar a mitigação, os impactos das comunidades quilombola, já que elas não estão no raio né de influência direta, ou seja, impactadas, quais a medida para promover a qualificação profissional, já que o EIA/RIMA aponta que a qualificação profissional será um impacto positivo do projeto. Quais as medidas para evitar ou mitigar o impacto da pressão no serviço público apontada no, como impacto no EIA/RIMA. Por que as comunidades quilombola não existem?

[Aplausos]

Lirriet: Próximo inscrito, o senhor Reginaldo Pereira Costa, quilombola.

[Aplausos]

Reginaldo Pereira Costa: Senhoras e senhores, boa noite a todos. Para mim é muito importante tá participando dessa, então eu quero refletir um pouquinho, comecei fazer um trabalho porque sou quilombola. Iniciei em 2007, nós temos 17 comunidades de quilombola, nove certificadas, reconhecido pela Fundação Palmares. De acordo com o Rima, eu dei uma lida, e aí eu verifiquei, vou ser breve, é um dos assuntos



importantes a secretaria de saúde tá aqui. No EIA/RIMA, faz a crítica que o nosso município é precário, sistema de saúde. Então, eu quero saber da Minas Mineração, qual vai ser o investimento para melhorar, porque vai aumentar o número de funcionários e de pessoas que vai trabalhar na região, sendo que quando a gente vai ter um grande número de veículos, e vai gerar né, possivelmente acidente, então qual que vai ser o investimento né, então fica aí essa pergunta. Quero relatar aqui o seguinte, as nossas comunidades quilombola, coleta semente e vende semente né, para a antiga fundação renova, agora a gente vai vender para a Samarco, este ano, o nosso município este ano, do ano de 2022 até este ano, a gente já recebeu uma renda extra né que os quilombolas vendem, principalmente mulheres que coleta essa semente, mais de R\$ 2 milhões de reais. Com esse, empreendimento na região que tem as comunidades quilombola, principalmente com problema de poeira, ruído, vai atrapalhar muito para os coletores. Então, fica aí mais uma pergunta, qual que vai ser o investimento nessa área para ter mais resultado? Então fica aqui a minha ingratidão né, no sentido que mineração não é bem-vinda.

[Aplausos]

Lirriet: Encerrado o primeiro bloco de inscritos, agora a gente tem a oportunidade de 6 minutos, que é o tempo regimental para a manifestação do empreendedor.

Danilo: Pessoal, maravilhosa noite a todos, são muitas perguntas, vamos tentar respondendo aqui. Como foi três perguntas, não temos 18 minutos não Lirriet? São várias.

Por favor coloca no último slide da apresentação aí, vamos começar respondendo à pergunta aí relacionada à comunidade quilombola.

Bom, foi passado aí também pelo Ministério Público representante, o Renato, questionamentos aí né sobre o levantamento socioeconômico. É, o levantamento foi feito sim, de acordo com as metodologias.

Lirriet: O pessoal tá falando, pedindo para você falar seu nome.

Danilo: Pessoal, sou Danilo Silva da empresa Group G5S e responsável aí né pelos estudos ambientais junto com os demais consultores. Bom, então os estudos foram feitos sim seguindo as metodologias né, que são preconizadas, em relação a levantamento da comunidade, foi feito sim o levantamento da comunidade, com amostragem representativa estatisticamente, ou seja, não tem como a gente ouvir 100% das pessoas, o que a metodologia determina que a gente tem que ouvir uma quantidade que é representativamente né, representativamente, estatisticamente representativo, isso foi feito, a gente tem aqui, na apresentação ali a área da AID, então essa área aqui, é a essa aqui é a ADA, que é a área de influência direta do empreendimento, a comunidade que foi ouvida né, as 50 pessoas residências que foram ouvida tá dentro dessa AID, como preconiza a norma né, o levantamento socioeconômico de dados diretos, nessa faixa não tem nenhuma comunidade quilombola né, não foi identificado, a gente pode ver que tá mais próximo é a comunidade aqui e Maitaca, que ela está em torno de 6 km de distância da ADA e a outra tá a Torra que tá em torno aí de 7 km, na área urbana né. Então é importante ressaltar que a metodologia feita é de forma adequada, os dados são corretos estatisticamente, a comunidade do entorno foi ouvida em relação à aplicação de questionários direto, foi ouvida por meio do diagnóstico socioambiental participativo onde essa comunidade foi convidada para participar da construção do PEA, então além de ir nessa comunidade, fazer a aplicação de questionário, coletar os dados sobre a característica da comunidade, como é que ela vive, como é que ela usa a propriedade, quais são os impactos sentido né por ela em relação ao empreendimento, qual que é a percepção de pontos positivo, negativo para avaliar esses impactos e definir os programas né para a redução desses impactos. A comunidade foi convidada para participar do DSP, da construção do PEA, é exatamente onde ela vai ser ouvida e definir, ajudar, definir os programas ambientais né que deveriam ser implementados. Isso foi feito em dois encontros, como se determina a norma. Então, quanto a isso eu tenho tranquilidade de falar que os dados que estão no EIA/RIMA, ele segue as metodologias preconizadas. Por que que a comunidade quilombola não foi ouvida né?



Porque ela não estava nesses nesse raio que foi trabalhado a coleta de dados primários, que é a comunidade mais próxima que foi definido. Isso não quer dizer que a gente não possa ouvir né, a empresa está de portas abertas para entender os anseios, aquilo que a comunidade entende que pode ser impactado. É importante ressaltar, que em termos de norma, quando foi feito os estudos esse decreto estadual que regulamentava a aplicação né da questão da das comunidades quilombolas ele não estava vigente, ele foi criado em setembro de 2024 e foi revogado em janeiro de 2025, é o prazo de vigência que ele teve. Quando a gente consultou a base né do IDE-SISEMA, que é a base oficial do órgão ambiental sobre as comunidades, elas não constam lá, essas comunidades não tem os territórios reconhecidos, elas são reconhecidas homologadas né pela FUNAI, então elas existem, a gente não está negando que elas existem, mas os territórios não estão demarcados pelo menos pelo INCRA né. Elas não estão na base do IDE-SISEMA, mas não estão demarcadas pelo INCRA, que é o órgão oficial que demarca esses territórios.

Então, quando a gente fez o estudo não foi identificado exatamente onde é que essas comunidades estavam, porque elas, como está claramente demonstrado, elas não estão dentro da AID que é a área de influência direta, que foi estabelecido os impactos do empreendimento que foi ouvido a comunidade, mas isso não significa que a empresa não queira ouvir, que não tem porta aberta para construir né, aquilo que seja o anseio, quais são o a visão de impacto do empreendimento como o empreendimento pode impactar essas comunidades. Lembrando que todo o fluxo né de escoamento, de mercadoria, de do minério, vai no sentido de Guanhães, não vai no sentido que essas comunidades estão né. É importante ressaltar isso, mas o fato que elas não foram ouvidas diretamente, porque elas não estão dentro da faixa da AID e tem um decreto hoje que não tá vigente, mas não quer dizer que ela não possa ser ouvida. A empresa tá aberta para construir isso aí.

Lirriet: Ok, agora a gente passa para o próximo bloco de inscritos.

[Aplausos]



Lirriet: Senhor Adelson.

Adelson, não tá aí? Não colocou a instituição nem o segmento que ele representa. Adelson Ribeiro, né Souza Ribeiro. Adelson Souza Ribeiro, tá aí?

Eu vou passar então para a segunda pessoa do segundo bloco. Jani de Oliveira, Quilombola. 3 minutos dona Jani.

Jani: Primeiramente boa noite, peço licença a todos e todos que estamos aqui né, é por uma causa muito grande, que é a nossa sustentabilidade do nosso município. Das nossas comunidades quilombola que não foram consultadas né, dentro da lei que seria o certo. Eu sei que a mineração realmente traz sim, traz subsídio, traz um melhoramento na nossa comunidade, mas nós esquecemos que sem a água nós não temos sustentabilidade, nós não temos trabalho, nós não temos saúde né, e quando fala eu peço vou consertar o colega do empreendimento GS5, que falou sobre a FUNAI, nós temos a FUNAI sim, que é a Fundação Indígena em Guanhães, aqui nós somos comunidade quilombola e nós queremos lutar pelos nossos direitos, pela nossa sustentabilidade do município, em todo o âmbito, não só as novas comunidades que já estão certificadas, as outras também. É, em questão do empreendimento, do lado do corrente, que é uma nascente que abrange uma grande área de nascentes, que abrange a bacia do rio doce também, nós estamos no contexto desse meio ambiental, um contexto de sobrevivência. Alguns levantamentos que vocês fizeram, vocês esqueceram de algumas espécies que é da nossa região que tem né, o lobo guará está extinto em alguns lugares, mas alguns vestígios dele; tem uns uns peixin, que eu como criança como menina, tive até um problema com xistose, porque eu ia de noite pescar esses bichos para comer, então quando se trata de um empreendimento tão grande, de um abragente tão grande, que mexe com a estrutura toda do município, desde alimentação desde a sustentabilidade das comunidades que muitas pessoas não querem sair do lugar, o que que a empresa ou empreendimento está pensando em fazer? Como proteger as nascentes? Como proteger a água?



Eu sei que no Graipu, em algumas comunidades, mesmo fazendo os poços já não tem água, a poluição nem se fala, porque a poeira como já foi dita as pequenas partículas ela contamina tudo né e a gente, a gente nós sabemos que as nossas comunidades não foram ouvidas. Na região do corrente tem comunidade quilombola sim, a nossa luta é de fazer um trabalho de reconhecimento e certificar estas pessoas, porque são quilombolas. Então, num primeiro momento como técnico em meio ambiente, eu fico muito triste do nosso município está esquecendo da sustentabilidade, todos nós precisamos de trabalho sim, mas sem o meio ambiente, sem uma água correta, sem um tratamento, não, não adianta ter, eu posso ganhar 5, 10.000. Eu estou julgando a minha vida fora, eu estou julgando também o Sabinópolis fora, quando se diz, daquele setor lá de cima.

Lirriet: Senhora Jani, infelizmente o tempo regimental acabou.

Jani: Sim senhora, obrigada!

[Aplausos]

Lirriet: Próximo inscrito, Senhor Mateus Aguiar de Pinho da ACE.

Mateus Aguiar: Boa noite pessoal, pretendo ser breve, só queria fazer alguns questionamentos para Minas, que eu acho que às vezes eles esquecem um pouco que estão dentro de Sabinópolis né. Eu queria saber o motivo deles não terem uma sede dentro do da cidade de Sabinópolis né, como foi dito no pelo técnico mais cedo, mais de 70% da população mora dentro da cidade de Sabinópolis, então acredito que se tivesse uma um escritório aqui dentro, seria mais fácil a população chegar, conversar, entender melhor o funcionamento da Minas. E a outra questão é que eu vejo a Minas priorizando muito a cidade de Guanhães e muito pouco o comércio de Sabinópolis né, a gente tem hoje, por exemplo, o restaurante que fornece alimentação para Minas, é de Guanhães, tem outros fornecedores que são de Guanhães e pouquíssimo fornecimento dentro de Sabinópolis né. É, própria questão de hotelaria, utilizam muito mais em Guanhães, questão de combustível, não utilizam Sabinópolis para nada, padaria, enfim, o comércio em si, a Minas prioriza muito mais Guanhães do que

(31) 3191-4760 minasmineracao.com.br

Rua Desembargador Jorge Fontana, 600 – 3º andar
Belvedere – Belo Horizonte/MG – Cep. 30320-670



Sabinópolis né. Então, assim eu como representante da ACE, eu venho questionar isso dá Minas o porquê de não tá utilizando o comércio de Sabinópolis, vem aqui, explora nosso recurso e não utilizam o comércio de Sabinópolis para fortalecer a gente né. Então o meu questionamento hoje é esse. Obrigado gente!

[Aplausos]

Lirriet: Bom, o senhor Adelson não se manifestou, então eu vou terminar esse segundo bloco tá? De inscritos e vou conceder os 6 minutos para o empreendedor. Só um momentinho para a gente adequar o cronômetro do tempo, por favor, ok.

Gilmar: Boa noite a todos a todas né, sou Gilmar, representante da empresa e atual gerente de operações. Queria contextualizar algumas coisas com vocês que eu estou aqui desde 2019, começamos a primeira operação em Guanhães, em seguida o grupo comprou a Minas Mineração que era um histórico muito ruim. A Minas veio, corrigiu todos os problemas, quero discutir sobre a água primeiro, a contaminação que tem hoje no rio Graipu, coliformes fecais por causa de fazendas e utilizações indevidas pros próprios moradores, inclusive a água que temos hoje é um ponto de reserva que sustentou Guanhães por vários meses por falta de água. Então algumas coisas, muitas pessoas não sabem, por isso que nós estamos querendo criar pontes. O único jeito de unir dois lados é quando os dois têm interesse de conhecer a situação que está acontecendo. A Minas está de portas abertas para todos.

Quanto ao escritório né que poderia ser na sede, ou aqui, em aqui em Sabinópolis, nós temos escritório em Sabinópolis, é lá na mina na nossa sede administrativa e quando viemos de Guanhães para cá, alguns fornecedores que já nos atendiam em Guanhães nos atendem hoje. Mas nunca a Minas foi procurada por ninguém, nem fornecedor de combustível, nem de restaurantes, para oferecer algum trabalho. Então não justifica você cortar um, quando não tem outro para oferecer, mas estamos de portas abertas quem quiser fornecer serviço de alimentação. Hoje tem uma padaria que serve lanche pra gente, alguém sabe disso? Tô apresentando para vocês agora, que é de um ex-funcionário, que criou um negócio nos procurou e fornece lanche para empresa.



Então, é muito bom ouvir, estamos em uma democracia, mas é bom saber da história, é bom entender o que que tá acontecendo. Vou passar para o Danilo para falar sobre a situação que foi debatida novamente sobre a não consulta prévia e sobre a situação dos quilombolas.

[Aplausos]

Danilo: Primeiro eu queria só fazer uma correção e pedir desculpa né, que eu citei aí a FUNAI e seria a Fundação Palmares né, fazer essa correção. É complementando que o que foi falado em relação ao decreto né, caiu e enfim, que a empresa né tá aqui disponível para seguir os procedimentos e vai seguir e tá disponível para ouvir a comunidade.

Sobre a questão de capacitação de mão de obra que foi citado aqui né, a empresa hoje emprega em torno de 140 pessoas a previsão de ampliar isso né para 240 empregos diretos, e com certeza ocorre capacitação sim, toda vez que um profissional é contratado ele vai passar para um treinamento ser capacitado. Eu vou passar a palavra aqui para o Felipe só para ele falar um pouquinho da questão aí mais do quilombola.

Felipe: É, desculpa eu esqueci o nome da senhora que falou por último aqui, mas igual ela colocou a questão da fauna.

Público: Jani!

Felipe: Dona Jani, eu só quero colocar que o houve o levantamento né? Aqui não é possível apresentar tudo, porque é um levantamento muito robusto. Ele ocorre em dois períodos do ano, um período seco, no período úmido, então foram identificados várias espécies, eu não tenho como te confirmar aqui que eu não lembro de cabeça, no EIA/RIMA ,mas se foi identificado na área né de levantamento porque a equipe de fauna não ela não faz esse levantamento em todo o território né, ela faz dentro de um território pré-determinado ali que tá relacionado à área do empreendimento, mas foi feito sim um levantamento de fauna bastante robusto e foi identificado as espécies que estão ocorrendo hoje. O resultado do levantamento de fauna né, só para a gente



ter consciência, ele também tá muito relacionado ao uso do solo hoje né. Querendo ou não, não é uma realidade só do município de Sabinópolis não do estado de Minas Gerais como um todo né. O uso agrícola intensivo que a gente vem fazendo né, não só a mineração, como outras atividades também, gera impactos inclusive sobre a fauna, que gera uma fauna mais generalista as espécies mais relevantes, mais sensíveis, à presença humana né, a presença antrópica de todos nós aqui, elas acabam não ocorrendo em determinadas situações.

Com relação à questão da água, contaminação da água dentro do questionário, eu participei dentro do da aplicação do questionário aqui, uma das perguntas que foi colocada para pras residências para as pessoas que foram visitadas dentro do diagnóstico socioambiental participativo, não só pro PEA, mas também para traçar o perfil dessa comunidade do entorno imediato do empreendimento ali, a grande maioria das residências não possui sistema de tratamento de esgoto sanitário né, a maioria deles ou faz o lançamento direto no corpo hídrico né, no rio, ou tem sistema de fossa aquela fossa negra né, que a gente simplesmente cava um buraco ali no chão e faz o uso daquilo ali como sanitário né, isso gera realmente questão de contaminação dessa água superficial,

Dentro desse contexto do recurso hídrico, aí obviamente a atividade da empresa pode causar né, esses impactos foram mensurados dentro do EIA/RIMA, mas para todo igual foi colocado aqui, para todo impacto que foi mensurado, avaliado, foram propostas medidas concretas para mitigar, controlar e monitorar. O monitorar, não é monitorar simplesmente por monitorar, exatamente para ver se as ações estão sendo implementadas ali estão sendo efetivas e se não estiver sendo efetivas através do monitoramento a empresa tem subsídio suficiente para tomar as decisões para corrigir aquela situação que não está adequada.

[Aplausos]

Lirriet: Vamos ao terceiro bloco de inscritos. Primeiro inscrito do terceiro bloco, senhor Álvaro de Pinho Barroso, da Câmara Municipal.

(31) 3191-4760 minasmineracao.com.br

Rua Desembargador Jorge Fontana, 600 – 3º andar
Belvedere – Belo Horizonte/MG – Cep. 30320-670



Álvaro Barroso: Boa noite a todos.

Lirriet: Senhor Álvaro, só um momentinho pra gente ajustar o relógio por favor. Isso prontinho!

Álvaro: Boa noite a todos e a todas aqui presente, eu queria dizer que é extremamente importante a realização dessa audiência, e eu queria salientar que a empresa ela já explora né esse minério há alguns anos, e eu não me lembro de ter tido uma audiência para que fosse, tivesse a licença ambiental para os que já foi explorado né.

Segundo que o representante do Ministério Público já colocou aqui muito bem algumas coisas que eu já tinha visto no EIA/RIMA, e que me incomodou extremamente como um bom sabinopolense, é abrir o site da empresa e ver escrito Sabinópolis com uma foto da igrejinha de Milho Verde. Isso mostra a distância que a empresa tem do município né. Segundo a gente sabe que tem os empregos e eles são importantíssimos, porque isso traz renda, gira a economia para o nosso município, o CEFEM que é compensação financeira que nesses anos gerou aí em torno de 47 milhões, tá aí os investimentos vêm para o município quem gera esse dinheiro é a prefeitura. Mas em todas as cidades que fazem, que têm exploração mineral que eu conheço, existem né ações das mineradoras para mitigar os impactos negativos na sociedade, na comunidade, fomentam projetos né, projetos na educação, na saúde na infraestrutura, na segurança, na assistência social e toda essa exploração que já tem sido feito para a mineração aqui em Sabinópolis por essa empresa, eu não vi sequer um projeto. Aliás, muito prazer Minas Mineração, porque eu acho que é a primeira vez que a população tá tendo realmente um contato com a empresa, porque até então, quando a gente fala de mineração, eles falam, é ali, entre Sabinópolis, Guanhães. É a mineração lá de Dante, é mineração lá de Beto né. Não é a Minas Mineração, então hoje nós estamos tendo contato com a empresa. Então a pergunta que fica é: a partir de agora a gente sabe como bem diz o Dr Álvaro, meu xará, promotor, que é difícil ir contra o desenvolvimento, contra o poder econômico, é difícil lutar né, isso infelizmente, infelizmente ou felizmente vai acabar acontecendo, mas agora,

acontecendo, que vão ser os investimentos que serão feitos na comunidade para mitigar os danos sociais, econômicos que vão ter. Isso eu não estou falando dos empregos que são importantíssimos e do CFEM, que é um direito constitucional do município receber, eu quero saber o por fora, pois devido, mantendo, as devidas proporções, semana passada a gente viu o prefeito de Conceição do Mato Dentro assinar um termo de intenção de mais de 500 milhões de investimento, fora os quase 1 bilhão de CEFEM e SMF e SMS que são gerados pela mineração lá em Conceição, e Sabinópolis, vamos ter isso?

Lirriet: Senhor Álvaro, tempo regimental esgotou.

[Aplausos]

Lirriet: Próximo inscrito, senhor Milton Pinho da Câmara Municipal também? Milton César Pinho, Câmara Municipal

Milton Pinho: Um boa noite a todos, eu peço desculpa aqui à comunidade do Maitaca pela minha ignorância de não ter atinado sobre que a comunidade quilombola do Maritaca estar próximo à mineradora né. E aí eu peço perdão a eles tá bom?

Eu gostaria de fazer algumas perguntas aqui para a mineradora, o que é que a empresa vai fazer para manter as estradas em boas condições? Eu faço essa pergunta porque eu sou taxista e eu rodo muitas estradas da zona rural, que a região ali do Graipú. E o que que a empresa vai fazer para evitar a poeira nas estradas ali em volta do empreendimento ali da mineradora, ali no Graipú, da comunidade afeta toda a comunidade. E o projeto de ampliação vai aumentar o trânsito de carga pesada aqui no município? nas ruas de Sabinópolis para causar um dano ali as ruas da cidade? E como a empresa pretende controlar o barulho ali para aqueles moradores ali próximo da área da mineradora? E outra pergunta importante, por que a mineradora não dá prioridade de carregamento de carretas da cidade de Sabinópolis e região e não prioridade de grandes empresas frotistas de fora? Sendo que a cidade de Sabinópolis tem várias carretas aqui que estão paradas, e a gente vê essas empresas frotistas de



longe vindo aqui e levando o minério daqui para lá e os caminhoneiros daqui ficam parados, tá bom? É só isso.

[Aplausos]

Lirriet: Próxima inscrita senhora Magdala Miranda, pedagoga da Escola Estadual.

Magdala: Boa noite a todos, a minha pergunta além de ser professora né, a minha família tem um terreno lá também no Graipu, é eu quero saber se essa nova cava que vai ser feita, se a profundidade dela não vai afetar o lençol freático? É só isso tá? Obrigada!

[Aplausos]

Lirriet: Finalizada a manifestação dos três inscritos do terceiro bloco, mais 6 minutos para os representantes do empreendimento.

Gilmar: Ei, primeiramente eu queria responder o vereador Álvaro, eu pensei que você tinha me conhecido na quinta-feira quando você foi na mina visitar e almoçou comigo e os funcionários que estavam lá presentes né. Eu pensei que a gente tinha se apresentado naquele dia, mas me desculpe tá? É continuando aqui, ele teve lá pessoalmente, andou na mina, viu a operação né, pedir desculpa por não estar mais próximo, me desculpa vereador, ó as portas estão abertas. Estou me apresentando novamente como Minas Mineração.

Segundo responder que o segundo vereador que teve lá também, almoçou comigo, as perguntas muito pertinentes. É poeira na estrada do entorno, elas já são contidas por caminhão pipa, então, se fizerem uma pesquisa em torno dos nossos vizinhos, vai ver que essa situação foi resolvida. Carga nas ruas de Sabinópolis, todo minério é escoado sentido Belo Horizonte ou Ipatinga, não passa nenhuma carreta de minério dentro de Sabinópolis desde o início das nossas operações. Controlar o barulho, hoje a empresa já investiu em equipamentos mais modernos, com maior capacidade de carga, justamente para evitar passar mais vezes na estrada onde hoje é a comunidade, inclusive hoje a nossa operação é toda interna, não temos mais esse barulho, hoje é

(31) 3191-4760 minasmineracao.com.br

Rua Desembargador Jorge Fontana, 600 – 3º andar
Belvedere – Belo Horizonte/MG – Cep. 30320-670

muito bem controlado. Sobre as carretas, quem hoje o maior prestador de serviço, é o Sandro da vila e até hoje também falta carreta para carregar, ninguém nos procura. Então como empreendedor e fornecedor de serviço, não tem como eu sair nas ruas perguntando assim: "Quem quer trabalhar? Quem quer carregar?" Infelizmente não tem. Mas as portas estão abertas, todo mundo sabe onde a Minas Mineração é, e se precisar de alguma coisa estamos sempre à disposição. Quanto ao rebaixamento, é você.

[Aplausos]

Guilherme: Boa noite a todos, para quem não me conhece meu nome é Guilherme e eu acho que as perguntas são bastante relevantes e pertinentes todos os questionamentos e eu vou tratar da pergunta especificamente da Magdala. Vou tentar fazer uma apanhada dos outros itens, das outras perguntas relacionadas a recurso hídrico aqui. A lavra ela vai acontecer lá na Cava Antero, ela vai ser iniciada né através de uma lavra encosta, né como se fosse uma serra e aí a gente vai lavrando, retaludando isso aqui, os degraus naquela serra. São nove bancos previstos para a lavra inteira, no final da lavra né, apenas nos dois últimos bancos, está previsto uma interação com o nível d'água subterrâneo tá, é mas apenas nos dois últimos bancos, apenas 20 m de profundidade ali, isso já foi previsto dentro do dos nossos estudos e nesse momento será necessário a nova intervenção que foi apresentada aqui durante a apresentação do Felipe para desaguamento dessa cava. Eu queria perguntar aqui se todos, e a grande quem conhece o funcionamento de uma cisterna ou de um poço e um tanque escavado no brejo? A máquina vai lá, fura um buraco para criação de peixe, tem muito aqui na nossa região, inclusive na beira das estradas aí não sei se todos estão regularizados, mas eu queria só dar um exemplo de como funciona esse desaguamento né. A Lavra vai acontecendo, nesses dois últimos bancos, a gente chegou no nível da vargem né, nós estamos na serra, chegando no nível da vargem e aí esse relevo ele vira uma cava né, um buraco e aí acumula água principalmente de chuva e acontece o influxo dessa água subterrânea, como se fosse uma cisterna. O que que a gente tira de água? Apenas a água que entrar na cava, então assim como a

cisterna, assim como o tanque você escava no brejo ali, brota uma água no fundo da cava e aí essa água ela é captada tá? Não só a água subterrânea, mas a água superficial também que vai acumular ali, vai encher como se fosse uma lagoa, essa água ela é captada e ela vai ser devolvida nos custos da água do entorno. Não está previsto o uso em momento nenhum durante o nosso estudo, o uso dessa água da drenagem da cava para outros processos. Não há um uso consuntivo de água né, toda essa água tá prevista para ser retornada às drenagens do entorno. Então além da água do subterrânea que vai ali, que representa apenas 2% da água que vai ser bombeada né, que a grande parte é água superficial, ela vai ser toda devolvida nos custos de água do entorno, depois do devido tratamento ali com contenção de sedimentos, o que for necessário. Então, esse ponto da interação haverá, mas não afetará a disponibilidade hídrica, todos os usos que vão ser consuntivos, querem dizer, a gente vai usar para algum processo dentro da empresa, eles já estão regularizados e só para título de comparação, os 4,7 L/segundo que a empresa pretende usar no processo de ampliação, ele se equipara ou até é menor do que é hoje utilizado na bacia do Ribeirão Graipú outorgado sabe? Que o irregular a gente não consegue mensurar, ele é menor do que o utilizado para irrigação, que eu assim ainda não vi nenhum questionamento né. Nós temos duas outorgas de captação superficial que somadas dão aproximadamente 8 L/ segundo e irrigam cerca de 10 há, dois alqueires de terra. Então, assim em termos de proporção, só para comparar o uso de água de outras atividades, a gente representa uma pequena parcela que já está regularizada, não haverá um novo impacto.

Lirriet: Tempo esgotado. Quarto bloco de inscritos, Senhor Otávio Augusto de Pinho, funcionário da Minas.

Otávio: Boa noite pessoal, me chamo Otávio, faço parte hoje do quadro de funcionários da Minas Mineração e gostaria de falar para a população a importância para nós que trabalhamos lá, dá Minas Mineração para os funcionários, que ali tem de produção, a mecânico, a operador. Se vocês olharem para trás aí e eu pedir para levantar o braço, eu te garanto que tem uma grande parcela aqui. E a nossa cidade, e a

população também clama por emprego, por uma indústria, desde que seja dentro da legalidade, dentro das leis, a gente gostaria de não sair daqui para poder ter que trabalhar em outros lugares. Eu morei fora muito tempo, hoje eu estou na cidade, é de lá que eu levo o meu sustento para casa e várias pessoas que estão aí atrás levam como, de toda forma fomenta e movimenta também o comércio da cidade que ali tem trabalhador que faz a compra, que a gasolina, que passa na padaria, que passa no supermercado, então a gente gostaria também que continuasse pra gente funcionário, que a gente clama também por isso tá? É, um muito obrigado a todos.

[Aplausos]

Lirriet: Próximo inscrito, senhor Rafael Ferreira, funcionário da Minas.

Rafael Ferreira: Oi, boa tarde, boa noite pessoal! Quero parabenizar o Otávio, e faço dele as minhas palavras. E, eu queria perguntar para Minas né, pro Gilmar, se vai ser a mesma estratégia né, que hoje a maior parte né do nosso corpo, eu sou gerente de manutenção da Minas Mineração, a maior parte é de Sabinópolis. Se na expansão que nós vamos ter mais oportunidade de emprego, se vai ser priorizado também a população de Sabinópolis? Obrigado, boa noite!

[Aplausos]

Lirriet: Último inscrito do quarto bloco, o senhor Etevaldo Queiroz, produtor rural.

Etevaldo Queiroz: É, eu pediria a responsável pelo evento aqui, se eu se eu posso fazer uma pergunta antes de começar a contar meu tempo, a mesma pergunta que foi feita pelo sindicato metabase. Pode ser? Só fazer uma pergunta antes do tempo? É o seguinte, porque, boa noite a todos. O presidente do sindicato Metabase, é, pediu para levantar a mão aí quem é empregado da empresa, poderia por gentileza levantar de novo? É muita gente, e quem é, pode abaixar por favor. Ok! E quem que é empregado e que é daqui de Sabinópolis por gentileza? É, parece que menos da metade.



Mas enfim, é só pra gente ter essa percepção, bom, aí contando o tempo agora, primeiro parabenizar a empresa né, por essa audiência pública, muito esclarecedora, importante para a nossa cidade e fazer só uma pequena contextualização né, da colonização dos Estados Unidos e da colonização do Brasil né. Os Estados Unidos foram colonizados e as pessoas foram para lá para morar, para habitar e para desenvolver. O Brasil né, como todos sabem, os portugueses vieram para aqui para explorar, então a gente não pode ser só explorado, então a gente gostaria muito que a gestão da empresa fosse muito nesse sentido né, de desenvolver, de contribuir para a nossa cidade o nosso município e a nossa região né. Nada contra o pessoal de Guanhães, pelo contrário, adoro Guanhães, amo Guanhães né, mas é importante que a empresa tenha esse olhar também para aqui para a nossa cidade. Eu não tive oportunidade de ler e de estudar o EIA/RIMA né? Mas pelo que foi falado aqui, inclusive pelo representante do Ministério Público, que eu esqueci o nome desculpe, que não é o Dr. Álvaro. Renato, pelo Renato né, então foi uma coisa que foi colocada aqui, que de uma certa forma me permite aí uma sugestão para os representantes da empresa, acaba sendo uma ofensa para Sabinópolis que é mencionar a festa do Rosário do Serro nada contra o Serro também, amo o Serro, mas não mencionar a festa do Rosário de Sabinópolis que é uma das maiores festas que a gente tem. Então assim, é sugerir alguns ajustes né, nesse trabalho que vocês vêm fazendo, eu tenho certeza de que é com a melhor das intenções né, de fazer é uma gestão, pensando sempre nos dois lados né.

Eu saí daqui de Sabinópolis com 15 anos, vai fazer daqui um mês vai fazer 40 anos que eu mudei de Sabinópolis, e coincidentemente meu primeiro emprego foi numa mineradora, mais precisamente a companhia Vale do Rio Doce em Itabira. A Vale né, trabalhei lá 3 anos e tive que sair daqui diferente do Otávio, eu tive que sair daqui para ir trabalhar, porque aqui não tinha mineradora. Aí veio a mineradora Otávio, como você é privilegiado. Vem a mineradora para você trabalhar nela.

Lirriet: senhor Etevaldo, o tempo do senhor já terminou.

Etevaldo: Tá, eu só gostaria só de fazer só umas três perguntas por gentileza.

Lirriet: Acabou o tempo. A gente não pode conceder mais tempo, é tempo regimental é porque prejudica a audiência pública realmente eu não posso infelizmente me desculpa.

Etevaldo: tá bom

[Aplausos]

Lirriet: Próxima inscrita do quinto bloco, ah é, verdade. Pode, pode sim, desculpa. Gente, a gente precisa conceder os 6 minutos de manifestação para Minas tá?

Gilmar: Gente, não enjoa de mim não tá? Vocês vão me ouvir a cada 9 minutos.

Enfim, a Minas Mineração é a primeira empresa que conseguiu dar viabilidade econômico num processo de concentração a seco. O último investimento da Vale, passou de meio bilhão de reais e ainda não conseguiram rodar. Mas a característica do minério aqui nos favoreceu e abençoou essa cidade, tanto aqui quanto Guanhães, então tanto Sabinópolis quanto Guanhães. Então, considere-se um povo abençoado por Deus, e os investidores da Minas Mineração por quererem investir aqui, por ter um povo abençoado. A resposta do Rafael: nossa intenção é priorizar sempre Sabinópolis, apesar de que o maior impacto hoje está em Guanhães por causa do transporte de minério que nós produzimos, e outra coisa, por que priorizar a mão de obra em Sabinópolis? Porque para a gente o custo é menor. Se eu trago gente de Barbacena né Rafael? Lá de Ipatinga né Igor? Fica mais caro, mas se eu tiver essa mão de obra aqui, vereador, vai ser melhor para a empresa e melhor para a cidade. Então aqui tá uma situação, a empresa vai precisar de engenheiros, técnicos, e lá na Minas Mineração é lugar de crescer. Eu já estou há 20 anos trabalhando com o grupo, e graças a Deus eu sou muito bem-sucedido pela oportunidade que eu tive, e essa oportunidade está em Sabinópolis hoje. Vai depender de cada um, de nos ajudar a brigar por algo melhor pela cidade.

Não é apontando o dedo e apontando as minhas falhas para que eu desista que nós não vamos desistir, porque enquanto um não quer, tem dez que quer. E outra coisa, a Minas tem um masterplend de mais de 60 anos dentro da cidade, então eu não posso fazer coisa errada. Confesso sim que estamos falhos em algumas coisas, em nos aproximar da comunidade. Eu confesso, pode jogar a pedra, eu errei, eu estou à frente das operações, eu poderia ter feito mais, mas com essa audiência pública você pode ter certeza de que eu vou sair daqui um gestor melhor e mais maduro para poder entender algumas situações que hoje, eu sei que é desconfortável para muitos de vocês, e a única coisa que nós queremos, é ficar bem com todos. Que seja bom para o empreendedor, e bom na cidade que está sendo afetada com o nosso empreendimento. muito obrigado!

[Aplausos]

Lirriet: Vai usar? Ok.

Guilherme: Ô gente, eu vou aproveitar esse restinho de tempo que nos sobra para esclarecer alguns outros pontos a respeito de recurso hídrico que foi mencionado né pelo senhor Renato e algumas outras perguntas a respeito de disponibilidade hídrica da comunidade lá no Maitaca que ele comentou e cadastro de usuário, enfim.

Primeiro eu queria só, acabei só falando meu nome né, eu sou daqui de Sabinópolis, trabalho para Minas desde 2021, quando eu montei meu escritório em Guanhães por questões logísticas e tal, uma escolha minha, mas eu sou daqui, busquei eles em uma audiência pública inclusive, de outra empresa, tive a oportunidade de conversar com o Gilmar, com outras pessoas, me apresentei e acabei conseguindo. Desde o início da operação, eu já trabalhava naquela área específica ali, antes deles né, mas desde o início da operação eu consigo prestar serviço para eles e espero que a gente continue por muito tempo.

É um ponto interessante sobre o Gilmar até comentou, sobre a disponibilidade hídrica e o impacto disso no curso d'água em especial no Ribeirão Graipú para o município de Guanhães, que faz o abastecimento da cidade, grande parte através de uma captação

que está depois da Minas Mineração. É muito importante mencionar que existe uma estrutura de armazenamento de água lá principalmente de água de chuva tá, não é água proveniente apenas de influxo subterrâneo e isso a gente pode garantir por quê? Em 2019, de junho a setembro de 2019, não sei se todos vão lembrar. Aquela cava existente na Minas Mineração abasteceu o município de Guanhães durante esses 3 meses. Então, nesse período eu tive oportunidade de trabalhar através do IFMG, que eu fazia uma especialização lá em meio ambiente, eu tive a oportunidade de trabalhar lá e acompanhar esse rebaixamento. Então eles secaram, eles tiraram toda a água que tinha lá, e depois que em setembro estava completamente seca, eu acompanhei a evolução do enchimento, porque eu queria saber de onde que era essa água que tava vindo. Então o SAAE captou a água, jogou no Ribeirão Graipu, regularizou a vazão necessária, aumentou a disponibilidade hídrica do córrego e captou lá embaixo. Então, essa cava, essa água que tá armazenada lá hoje, que não, ela não tá seca que a água que tá armazenada lá hoje, ela foi utilizada para regularizar a vazão e aumentar a disponibilidade hídrica do Ribeirão Graipu para abastecer Guanhães. E isso pode acontecer também no alvo Antero no final das operações. Durante a operação, corre o risco de aumentar a disponibilidade hídrica, então é muito importante isso ficar claro né, que a gente acompanhou essa cava que encheu em 6 meses e 97% da água é que foi utilizada para encher essa cava, ela veio da chuva encharcada e precipitação direta, 3% foi de influxo subterrâneo. Então esse é um ponto que não tá saindo da minha cabeça, foi um estudo que foi realizado lá né, então a gente tem que ter parâmetro técnico também para questionar sabe? Eu acho que a gente tem que ter.

Lirriet: Tempo esgotado.

[Aplausos]

Guilherme: As outras ficam para depois. Muito obrigado!

Lirriet: É porque a gente utilizou o prazo remanescente tá? Só para esclarecer.

Então a gente vai pro quinto bloco de inscritos, a primeira é a senhora Andressa Santos Queiroz, representante da Câmara.

Andressa Queiroz: Boa noite a todos e todas, um prazer estar aqui né, podendo dialogar, uma audiência pública é um espaço muito importante de conversação, é gostaria de informar a população que nós representantes da mesa diretora da Câmara, juntamente com a comissão de meio ambiente, fizemos um contato prévio né, com a Minas Mineração, onde podemos né dialogar, é entender um pouco mais o empreendimento. Fomos bem recebidos sim, é sobretudo nos levantamentos e apontamentos sobre as questões ambientais, podemos perceber alguns freios, algumas tentativas né, de controle do impacto ambiental, mas logo né também como assistente social, eu levantei essa questão da falta né, dessa lacuna aí, das relações sociais do empreendimento né. A gente falou: "Olha é, ter uma mineração, uma empresa aqui no nosso município, acarreta várias condições né. Chegam pessoas de fora, com culturas diferentes, vem às vezes né, é, sobretudo uma população masculina, e isso sim impacta a população do ponto de vista social, que é muito esquecido. Inclusive em diversas áreas né, do empreendedorismo então é, a gente pode ver como o nosso cientista social aqui apontou muito bem, a falta né da, o impacto dessa falta de relacionamento social. E a gente ouviu aqui, eu ouvi as necessidades e anseios das comunidades quilombolas e me chama atenção né, e também me posiciono sobre essa questão. É necessário né ouvir, mitigar danos sociais, isso traz vulnerabilidade para a nossa cidade, traz conflitos né, traz pode aumentar e como a gente percebe no campo da assistência, violência doméstica, conflitos sociais, conflitos geracionais, então eu chamo né atenção aí a empresa para mitigar né danos nessa área, vinculem a Secretaria de Assistência Social, busquem as comunidades quilombolas, busquem as comunidades no gerais e ouçam, nos ouçam né, que a gente pode construir sim uma abordagem mais dialogada. Eu acredito muito que é assim que a gente faz né a democracia. Obrigada pela oportunidade!

[Aplausos]

Lirriet: Segundo escrito do quinto bloco, o senhor Wilbert de Souza Costa, advogado ou é o Welbert né? Welbert.

Welbert: Boa noite a todos e a todas aqui presente, é como anunciado meu nome é Welbert, eu sou advogado, atuo com direito ambiental em Guanhães e região, faço parte também da comissão de direito ambiental e da comissão de agronegócios da OAB estadual, e a minha pergunta, ela já foi até, a resposta já foi iniciada pelo Guilherme, é gira em torno de recurso hídrico, a senhora Magdala me parece que iniciou essa pergunta e é o seguinte. O produtor rural hoje, ele enfrenta diversos desafios né, como aspectos climáticos, variações de preços, é armazenamento de produção, e vários outros. E aí a minha pergunta é no sentido de que, é como que esse impacto em cima do recurso hídrico, se ele pode afetar essa atividade dos produtores rurais em volta? Nós falamos um pouco sobre rebaixamento de lençol né, pode ter impacto sobre água subterrânea e água superficial, então aproveitar que o Guilherme tá querendo falar e o tempo dele tá esgotando toda hora, podia complementar isso pra gente Guilherme. E também né aquele o ponto ali que a mineradora está instalada, é um ponto bem sensível né eu sou de Guanhães, e ali é o ponto que a produz a água para a captação de Guanhães. Então também, se você puder entrar nesse ponto, se né se essa expansão ela pode vir a ter alguma interferência é negativa nesse sentido é Guilherme, eu ficaria muito satisfeito. No mais eu agradeço a oportunidade, e desejo um boa noite a todos.

[Aplausos]

Lirriet: Próximo inscrito senhor Hermógenes Ferreira Neto, produtor do Ribeiro Graipú. Ribeirão Graipú.

Hermógenes: Boa noite a todos, o meu nome é Hermógenes, eu sou engenheiro florestal e tenho um empreendimento na comunidade do Graipú. A comunidade onde eu estou, ela fica aproximadamente talvez menos de 1000 m da cava onde vai acontecer a expansão da mina. E eu percebo que até agora acho que lá do Graipú mesmo só eu que me manifestei aqui. É interessante que eu tô falando essa palavra Graipú, mas até então ela não foi falada aqui nessa audiência. Isso, queria ressaltar a forma como o empreendimento está quase que desconsiderando a comunidade,

porque a gente chama de cava disso, cava aquilo, cava aquilo outro, mas lá é uma comunidade que historicamente conhecida como a comunidade do Graipú. E nesse meu empreendimento, que eu tenho lá, uma das dificuldades de se produzir lá é a questão de água. E até agora a questão da água, no meu entender, foi tratada um pouco superficialmente, porque em todos os momentos a questão da água foi tratada em relação à empresa. Até agora eu não vi um tratamento da água em relação à comunidade, porque vai faltar água, rebaixamento de lençol, é lógico no entorno de menos de 1000 m da cava, deve ter mais de 50 casas e essas casas todas são abastecidas pelo lençol. É lógico que vai haver rebaixamento de lençol, no momento em que houver isso, essas pessoas vão ser assistidas por quem? Pelo projeto, ou eles vão bater no poder público e dizer lá na casa, na prefeitura: "Senhor prefeito, nós estamos sem água lá no Graipú. Nossas casas não tem água".

Então eu queria só ressaltar que, esse empreendimento ele tá sendo estabelecido numa comunidade que se chama Graipú e lá tem muitas pessoas. Ao lado dessa cava, deve ter em torno de 50 casas e essas casas vão sofrer um impacto bastante significativo, muito obrigado.

Lirriet: 6 minutos do Guilherme. Ô Guilherme, desde o ano passado hein Guilherme, o negócio tá feio. Hahaha. 6 minutos.

Guilherme: Ô gente.

Lirriet: Só um momento. Pronto.

Guilherme: É gente, eu acho que essa pergunta, esse questionamento do Welbert e do Hermógenes, eles foram extremamente relevantes porque às vezes a gente não tem oportunidade de responder diretamente, fica e em outras perguntas e não dá tempo. É, então começando inclusive por um argumento do senhor Renato, também, é sobre a questão da comunidade né do Graipú, às vezes a gente acaba não falando, porque a gente tem a nomenclatura interna da empresa ali, mas acaba não falando a palavra, mas todo o estudo, principalmente no âmbito dos recursos hídricos eu não sei se o senhor se Hermógenes vai se lembrar, se eu tive a oportunidade de encontrar com ele,

mas é, no entorno do empreendimento ali, numa área de 1900 há, no entorno do empreendimento, foi feito em 2022 um inventário de nascente. Então nós fomos em todas as casas, todas as cabeceiras de gruta, marcamos onde que tinha nascente, qual que era a vazão dessa nascente, onde foi possível medir, isso em 2022. Nós estamos trabalhando agora numa possível ampliação, então lá em 2022 nós já fizemos esse cadastro, em uma área de 1900 há. Se eu não me engano, foram 113 nascentes cadastradas ali nesse período. Logo após, também em 2022 de agosto até outubro, foi feito o cadastro de usuário de recurso hídrico, isso tá protocolado junto com o processo de licenciamento ambiental junto ao IGAM. Então nós cadastramos nessa área de 88, de 1900 há, 88 usuários, desses usuários eu até anotei aqui porque às vezes é um tem que a gente esquece, desses usuários o principal, a principal fonte de abastecimento deles mesmos, é cisterna, nascente e uma combinação aí posso tubular também né, o posso artesiano e uma combinação de cisterna e rio, no Ribeirão Graipú ou no Córrego Santo Antônio, que tá ali bem pertinho da região da casa do Hermógenes né.

Nenhuma população, nenhum usuário diz que abastece apenas do rio e da água superficial, pela indisponibilidade pela qualidade da água também, então é normal. E os principais usos dele, deles né, é uso doméstico, dessedentação de animais e irrigação. Então isso acontece numa área de 1900 há. Eu tô vendo o pessoal ali dos quilombolas, é importante, foi mencionada a comunidade do Maitaca também, é nesse estudo a gente pôde montar um modelo hidrogeológico que é uma ferramenta matemática estatística né, com base em dados, em números, para estimar o raio de influência desse rebaixamento. O raio máximo no pior cenário, obviamente que é um modelo e ele cabe calibração e alimentação de novos dados. O raio máximo foi de 1000 m, veja bem, a comunidade do Maitaca, eu tenho absoluta certeza que está em outra bacia hidrográfica do empreendimento e está a mais de 1000 m. Então, aquele ponto que foi levantado aqui sobre, no início da operação do empreendimento, que nem é o caso agora né, não teve rebaixamento, não teve nada e faltou água no Maitaca, não é culpa do empreendimento gente. A gente tem que ser honesto

também, não existe a captação, como é que é culpa do empreendimento? Levantar um ponto desse é contaminar um público que às vezes nem tem noção do que está acontecendo. Falar que faltou água lá no Maitaca, por causa de uma operação que nem faz captação de água subterrânea, aqui no Graipú né. Então a gente tem que ser honesto e considerar pontos relevantes mesmo, a gente tem que desmistificar e desconstruir essa questão de minerador acaba com água. Não é uma verdade, pode acontecer, não tô falando que todo mundo é santo não. Mas o fato é que a gente vem fazendo alguns trabalhos desde 2022, em momentos anteriores à operação, em momentos anteriores à operação do empreendimento, justamente para ter um parâmetro de melhora, ou piora. Não tem como a gente falar que piorou sem saber o real, o ponto atual que está né. Então, foi feito esse levantamento, tem as vazões, as perguntas foram feitas, grande parte dos usuários né da região, não quiseram nos receber. E eu tô falando com propriedade, porque eu mesmo que fui lá fazer o inventário de nascente né, e fui também fazer, a nossa equipe foi fazer o cadastro de usuário. Então, muita gente tava com a porteira fechada, às vezes não reside no lugar, ou trabalha durante o dia, é normal né, mas foi levantado os tipos de uso e a quantidade de uso de água desse pessoal.

Está previsto o impacto num raio de 1 km, previsto também, é, de 1000 m, isso mesmo 1 km. É, está previsto esse raio, nós já montamos uma rede de monitoramento para esse raio específico, para no momento que for operar, se a gente observar com base nos estudos anteriores da operação que houve um impacto, essa vazão será reposta nas águas superficiais, porque ela vai ser disponibilizada de novo no curso d'água. Inclusive, ali no alvo Antero, a gente considerou um córrego intermitente, que os moradores no dia que eu fui lá, não tinha uma gota de água correndo em cima da terra.

E é uma verdade né, é uma coisa que tá lá hoje. A empresa não tirou água ainda, aí no dia que começa a operar, fala que a água acabou, não é, não é bem assim. Sabe, mas assim existe esse diagnóstico antes, principalmente no âmbito dos recursos hídricos e acabou a água da cisterna, obviamente a gente já sabe quem usava e quando que

usava. Foi uma pergunta direta, poderia ter falado até mais, a empresa ela tem que se comprometer e é uma obrigação legal, o órgão ambiental exige como condicionante repor essa vazão, seja posto tubular, seja caminhão pipa, seja pegar o SAAE e levar lá, tem que fazer alguma coisa, só que a gente não sabe medir esse impacto real, porque ela não começou a operar. Mas isso existirá um monitoramento para diagnosticar isso. Beleza? Muito obrigado!

Lirriet: Chocada! Hahahaha.

Gente, finalizada a manifestação do empreendedor, vamos para o sexto bloco de inscritos. Primeiro é o senhor Nilson Renato Campos, da Câmara, vereador. 3 minutos vereador.

Nilson Renato: Pessoal, boa noite a todos. No início dessa semana, tive visitando a mineradora, conhecendo parte dos trabalhos. Pude perceber, que usam a extração né, uma parte mais a seco, mas ainda fica uma preocupação. Quando passou o slide ali, eu vi uma consideração que há uma possibilidade de contaminação do recurso hídrico. E eu queria saber da empresa né, que parece que é esse monitoramento é feito de maneira trimestral, queria saber da empresa, o que ela já está fazendo né, para caso aconteça uma contaminação e se esse período não é muito longo né, desse monitoramento. Sendo de maneira trimestral, caso aconteça a contaminação daí há 3 meses, dependendo se o monitoramento foi feito hoje, daí a três meses que vai ser detectado? Então, a questão que precisa ser levantada, uma preocupação regional.

Sabemos né do benefício da empresa com relação à empregabilidade, é muito válido né, é bem considerável na nossa economia né. Mas, a grosso modo falando, sem caçar rodeios demais, o que a gente veio aqui para discutir, é a questão dos danos ambientais que já foi levantada uma parte por mim aí com relação à contaminação e a questão do benefício para a sociedade que a empresa vem a trazer. Então o seguinte, além dos empregos que são muito importantes na nossa cidade, o que mais a empresa pode fornecer para a nossa população, para nossa cidade aqui? Muito obrigado!

[Aplausos]



Lirriet: Próxima inscrita, vereadora Ana Lúcia Lopes Miranda.

Ana Lúcia: Boa noite a todos e todas. A minha pergunta inicial era sobre os recursos hídricos, mas conversando com a comunidade que tá aqui presente, que tá ali ao entorno do Córrego Graipú, e que faz parte né das famílias que moram ali no novo empreendimento, eu fiz mais outras duas perguntas.

Existem relatos né desses moradores a respeito da falta de comunicação entre a empresa e os moradores locais da ampliação do novo empreendimento, e a pergunta é a seguinte: Quais são as medidas tomadas pela empresa, em relação aos possíveis prejuízos causados às famílias aos entornos do novo empreendimento? É só, obrigada!

[Aplausos]

Lirriet: Último inscrito do bloco, a senhora Karine Amorim Silva, estudante.

Karine: Boa noite a todos, em especial aos meus colegas da Universidade do Estado de Minas Gerais, os estudantes de direito. É primeiramente, muito eu fico feliz pela audiência pública, por essa oportunidade de a Minas estar consultando a comunidade, escutando a comunidade, e algumas observações minhas, ela foi contemplada com a fala do técnico do Ministério Público. Mas eu quero chamar a atenção aqui, sobre a perspectiva do desenvolvimento né, como estudante, queria que vocês pensassem quais são as perspectivas de desenvolvimento que a Minas está trazendo pra Sabinópolis? Lembrando que vocês tiveram um olhar super sensível em Guanhães, com a falta d'água e embora o rapaz aqui falou que o problema de água do Maitaca não foi da Minas, mas a gente tá a 6 km e eu entendo que vocês também tiveram ciência desses seis meses sem água da comunidade e o próprio estudo de vocês, apresenta que, a comunidade ao entorno, é uma comunidade idosa né.

Vocês também apresentaram no estudo de vocês, que está mudando a forma econômica, nós estamos, Sabinópolis está se tornando uma cidade urbana. Mudando o fluxo do campo para a cidade, e aí vocês têm, se eu não tiver calculado errado 14 programas de mitigação, de redução a danos e o programa de vocês de controle do ar

ele monitora pelo meu entendimento, a cada 6 meses. Qual o impacto da poeira para a população idosa entorno do Graipú? O que vocês estão pensando em sustentabilidade, considerando também os objetivos de desenvolvimento sustentável lá da ONU? Água potável? A ODS6, a ODS3 saúde e bem-estar, que também é ligado não só para a população idosa, mas para a população urbana de Sabinópolis? E vocês falaram sobre o trabalho. Se a gente observar, 50% dessa audiência é colaborador da Minas, então tá faltando muita gente aqui de Sabinópolis para ser ouvida por vocês. Lembrando que vocês empregam 4% pelo que vocês falaram, do pessoal aqui de Sabinópolis. Não adianta falar só de tributo, o tributo que vem para cá quem vai administrar é o município. Quanto de investimento vocês estão pensando na perspectiva de desenvolvimento social comunitário para essa comunidade? Essa minha pergunta e fica a minha sugestão de vocês reavaliar mais vezes no plano de vocês mensal essa...

Lirriet: Fim do tempo, Karine

[Aplausos]

Lirriet: Para finalizar o bloco, 6 minutos pro empreendedor.

Fabiana: Bom pessoal, vou recapitular algumas perguntas para trás aí que ficou. Um ponto questionado aqui é em relação à audiência pública né, porque que não teve uma audiência pública no primeiro processo de licenciamento. Eu quero esclarecer que esse momento aqui ele é único, ele é importante e ele não foi solicitado na primeira licença da Minas Mineração. A audiência pública ela é oportunizada e é a comunidade, o poder público, as pessoas que podem solicitar essa audiência. Então, na primeira na primeira emissão da licença, essa audiência não foi solicitada, por isso que ela não aconteceu tá? E dessa vez né, o Ministério Público solicitou aí essa, dentro do prazo estipulado essa audiência e é isso aí. Ela tá acontecendo hoje por isso.

Eu quero responder aqui à pergunta da vereadora Andress, Ana né, que trouxe aí um questionamento em relação à questão da abertura da empresa, comunicação com a comunidade e a gente quer explicar aqui como que isso funciona hoje na Minas



Mineração. A comunidade do entorno ali toda tem acesso direto na empresa, então, o pessoal ali do administrativo, o próprio Gilmar, tá sempre ali interagindo com o pessoal e o pessoal bate na porta mesmo da empresa, tem livre acesso, pede, pontua, coloca e faz alguma explanação sobre alguma medida de controle que precisa ser aumentada. Enfim, essa comunicação hoje ela acontece de forma direta, aberta, mas a gente tá entendendo aqui a necessidade de ter um assistente social, um ponto de apoio, uma pessoa né, com esse olhar mais para a comunidade, até para abranger melhor o pessoal aqui da área urbana, que não tem às vezes tanto contato, tanta intimidade com os funcionários ou essa abertura ali com a empresa. Então, a gente se compromete aí a olhar isso aí, essa questão e facilitar essa comunicação. A gente preza por isso e essa medida será avaliada.

Eu vou passar aqui para o Guilherme que vai continuar aí com as demais.

Guilherme: Sobre a questão da contaminação, eu esqueci seu nome desculpa, Karine? Karine. Eu sou formado na UEMG também, Engenharia de Minas lá, então a UEMG é muito boa, graças a Deus veio para cá e tomara que venha alguns cursos de Engenharia para nos ajudar né? Na questão de mão de obra qualificada.

Público: Engenharia civil.

Guilherme: É isso, boa, eu fiz Engenharia de Minas, esqueci da engenharia civil então já tá vindo. Eu queria falar sobre a questão da contaminação dos cursos d'água superficiais, das águas superficiais e subterrâneas. Existe obviamente, o potencial assim como, lavador de carro existe, que lava carro, graxa, óleo e não é listado na DN. Isso aí é um problema estadual, né talvez, uma ótica maior, mas não é listado na DN. Não precisa de licenciamento ambiental e lava carro, e graxa, e óleo do motor do carro, do fundo, vai direto para o rio. Eu moro do lado de um lavador, eu sei. Oficina mecânica também não é listado e também faz uso de óleo, tem o mesmo potencial que a Minas tem de contaminação, que às vezes numa manutenção, algum vazamento ali temporário que ainda não foi identificado, oficina mecânica, lavador tem né. Só que a Minas se preocupa com isso e aí são onde acontece o monitoramento trimestral.



Hoje são três pontos, que estão a montante do empreendimento, então no Rio, antes do empreendimento né, na cabeceira, um imediatamente depois e um outro que tá na frente. Quer dizer, a gente pega uma análise do que tá chegando e do que tá saindo, se houver alguma alteração dos parâmetros que entram e saí, a gente precisa mudar a questão do monitoramento. Hoje, água superficial existe um plano de drenagem e interno da mina, que evita que toda partícula solda que venha por enchorrada, ela caia dentro de bacias de contenção que a gente chama de sumps né, buracos, barraginhas né, no meio do produtor rural aí, que acumula essa água. Essa água descansa, vamos dizer assim, ela fica parada até que esse sedimento é, ele se assente no fundo e depois a água evapora ou infiltre. Então são formas de aumentar a taxa de recarga daquela região, água superficial ela ia embora e vai embora em qualquer lugar. Então o produtor rural vai lá e faz barraginhas na propriedade dele, com o mesmo intuito, para aumentar a taxa de recarga.

Bom, o tempo tá acabando, eu vou falar então. São feitos em três pontos e nove pontos de monitoramento de água subterrânea né, nível d'água e tudo mais. Então, já acontece com a ampliação e esses três pontos passarão para oito pontos de monitoramento de água superficial no entorno do empreendimento, para identificar de fato o que acontece e os subterrâneos, de nove vão passar para 13 né. Então há um incremento de monitoramento, a preocupação de saber como realmente acontece, pra gente saber de fato o que que tá acontecendo agora, para a gente saber se melhorou ou piorou. Não dá simplesmente para a gente falar assim: "Ah eu acho que piorou", não é assim que acontece sabe? Não pode ser atribuído uma culpa a quem a gente nem sabe quem é responsável por ela. Beleza? Obrigado!

[Aplausos]

Lirriet: Próximo bloco, sétimo bloco, primeiro escrito senhor Alistes Oliveira Mota da associação comercial.

Aristides: Boa noite a todos. Como foi falado meu nome é Aristides Mota, eu estou como diretor da associação, presidente diretor da associação comercial e empresarial

de Sabinópolis e fui empossado agora também como diretor da CEPOC Associação Comercial Empresarial de Pretos Pardos Povos Originários e Quilombolas. Reginaldo, estamos à disposição. E, voltando um pouco aqui pro assunto, sempre eu gosto de falar um pouco do passado pra gente entender o presente. Desde o século dezessete, foram as primeiras extrações do nosso minério, que aconteceu em Minas Gerais. Minas que gera riqueza, pelos bandeirantes que pegavam os nossos recursos minerais e levavam para fora do nosso estado. Na figura da Minas Mineração, a gente vê com bons olhos, porque, a tem que ver o progresso de forma organizada, desde que não agrida o meio ambiente, desde que esteja em comum com a comunidade e que gere riqueza para o nosso município. Quando eu falo do ecossistema comercial, na pessoa do senhor Gilmar aqui que está representando a mineradora, eu acho que a gente deve melhorar esse relacionamento entre Sabinópolis e a Minas Mineradora. Eu acho que, quando fala que hoje estamos pegando o lanche com vocês isso aí é muito insignificativo pelo tanto que a gente doa com os nossos recursos naturais. Quando o presidente do sindicato fala em milhões, eu pediria que ele falasse em percentual. Falar em milhões é fácil, mas quantos por cento que tá sendo repassado pro nosso município disso. Qualquer um que está presente aqui que faça a declaração de imposto e renda paga 27,5%. Falar em milhões é fácil em cima de cifras altas, então eu acho que é muito importante a gente melhorar esse ecossistema entre o comércio e a Minas Mineradora, sendo que hoje eu vi até o mestre de cerimônia não é da nossa cidade, o nosso conterrâneo que tá aqui, o Guilherme, hoje contratou a empresa dele, a empresa dele é de Guanhães. Eu não vejo o carro da Minas parado em um hotel, parado em um posto de combustível, parado e a gente tem vários setores que precisam de investimento na saúde, na cultura, a melhor a maior festa de cultura...

Lirriet: Tempo esgotado.

[Aplausos]

Lirriet: Próxima inscrita estudante de direito Marta Cristina de Oliveira.



Marta Cristina: Boa noite a todos, eu só tenho uma pergunta. Quais são os reais impactos negativos a longo e a curto prazo, no caso dos impactos sociais e quais as medidas de prevenção que vão ser tomadas com relação a essas questões?

[Aplausos]

Lirriet: Próxima escrita, estudante de direito Gláucia de Queiroz Pereira.

Gláucia: Boa noite a todos, eu sou residente aqui da cidade de Sabinópolis e antes da minha pergunta eu estrou com um comentário para fazer. Até então eu achava, eu trabalho na cidade de Guanhães, eu achava que essa Minas Mineração pertencia à cidade de Guanhães. Até o momento eu não senti nenhum impacto positivo de investimento da Minas na cidade de Sabinópolis. O único impacto que eu senti foi negativo, que foi nos altos preços de aluguéis dos imóveis né e a gente, as nossas casas estão lotadas. Se alguém procura imóvel para alugar, ninguém acha. Então o único impacto que eu senti da mineração na cidade, foi nos aluguéis.

E a minha pergunta é a respeito do impacto social e comunitário. A empresa possui algum programa de responsabilidade social ou investimentos em projetos comunitários? Apoio a escolas e centros comunitários? Construção ou reforma de escolas públicas e até mesmo escolas universidade para cursos até mesmo voltado para mineração? Voltado para sustentabilidade ambiental? A Minas Mineração possui programas de reciclagem e redução de emissão de carbono? Apoio a projetos de reflorestamento ou uso consciente de recursos naturais? E a última pergunta, quando foi perguntado quantos funcionários da cidade de Sabinópolis ou região que tem na mineração eu vi levantando mãos só homens, cadê a vagas voltadas para as mulheres? Eu estou aqui, caso precise, estou à disposição. Entendo assim, eu entendo a importância né, da mineração na sociedade. Quase 99,9% dos produtos que nós usamos tem minério, então por que vaga só para homens? Cadê a vaga para nós mulheres?

[Aplausos]



Lirriet: Pessoal antes da de dar os 6 minutos para o empreendedor, eu vou pedir para o pessoal que tá aí no fundo, cooperar um pouquinho com a gente aqui que o ruído tá bem alto tá bom? Fazendo favor, para a gente continuar o penúltimo bloco tá? 6 minutos para o empreendedor responder.

Danilo: Bom, sobre a questão de investimentos reais. A empresa tem feito investimentos, mas grande parte desse resultado do investimento vem do resultado do CEFEM que é transferido pro município. 2025, 4.700 milhões que o município arrecadou, 2024, 11.240 milhões, 2023, 3.962 milhões, 2022 25.143 milhões. Esses dados estão no portal da transparência. Então acho que é muito importante também, a própria comunidade cobrar o poder público né, de como esses recursos estão sendo aplicados. Então nem todo investimento que a empresa faz é aplicação direta, mas isso reflete na arrecadação do município e aí cabe a população entender com o município, cobrar o município perante os representantes que tem lá, os vereadores, câmaras e demais, como isso está retornando pra comunidade.

Então, a empresa é parceira, busca discutir as dificuldades da comunidade no entorno, para implementar as melhorias em termos de estrada, investimento, capacitação de mão de obra, mas existe recursos né que o município arrecada e tem que retornar para a comunidade. Um outro ponto que foi levantado aqui em relação aos reais impactos pro meio socioeconômico, pra comunidade. Então, tem os impactos negativos, que foi colocado que a questão do barulho, poeira, aumento do tráfego, foi citado aqui que existe medidas concretas e programas né que são feitos monitoramento, qualidade do ar, a questão de ruído. Tudo isso hoje está dentro das normas, foi implementado as melhorias concretas após a comunidade ser ouvida nos questionários, nos diagnósticos né, para reduzir esses impactos e ter os impactos positivos que já foi citado, que é questão de qualificação de mão de obra, que é oportunidade de emprego, que arrecadação né. Foi colocada que a valorização do dos aluguéis ela pode ser vista como um impacto positivo ou negativo, ele tem as duas perspectivas né? Valorização do dos imóveis, dos terrenos na região, então tem os dois pontos. Aí depende da perspectiva, mas existe vários impactos positivos também que

foi ressaltado e foram tratados aqui com medidas, programas claros né, de controle de mitigação e monitoramento.

Felipe: Apenas só complementando o que o Danilo falou em relação principalmente ao impacto social né, que eu vejo que é o mote da nossa audiência pública aqui, a principal motivação tá relacionadas às questões sociais que a mineração pode causar no município, é um dos principais papéis da compensação financeira pela produção mineral, o CEFEM, é exatamente esse né, a empresa mineradora ela, a Agência Nacional de Mineração né, através do apontamento que a própria empresa faz lá, de apuração de produção de minério e da venda da comercialização desse produto mineral, ela estabelece os valores que tem que ser recolhido para um fundo e esse fundo ele é repassado pro município exatamente para contribuir na mitigação desses impactos sociais né? Então é um pouco que Danilo falou aqui, no sentido que cabe também ao município né, ao poder público municipal, converter de forma adequada esses recursos que são repassados pela mineração, pro bem-estar social. Sim, a empresa né quando chega uma empresa de médio porte, como é o caso da Minas Mineração, num município com a população de 14.000 habitantes como Sabinópolis, realmente ela gera né uma certa pressão sobre preço de aluguel, às vezes sistema de saúde, algumas demandas realmente são aumentadas e aí que entra o CEFEM. Ele exatamente tem esse papel de reforçar o orçamento municipal, para contribuir para essa mitigação desses impactos. Obviamente algumas outras ações a empresa pode estar adotando dentro da sua política né, social ali, mas parte desses investimentos não cabe a iniciativa privada né, cabe ao setor público que seja feito.

Com relação à questão da sustentabilidade, ações voltadas para conservação da biodiversidade, isso vem um pouco atrelado aqueles programas que a gente colocou aqui né. Então a gente tem os programas de recuperação, compensação ambiental que estão relacionados à própria supressão de vegetação, obviamente nós estamos falando de questões aqui estão previstas em lei, mas não deixa de ser um uma forma de trazer algum tipo de contribuição de preservação ambiental, de recomposição da flora né. Os próprios projetos de reconstituição da flora, que são obrigações legais,

mas que acaba trazendo alguma contribuição efetiva né? pra biodiversidade. Parte dessas compensações hoje, elas ocorrem dentro de unidade de conservação do grupo integral, ou seja, a empresa adquire imóveis dentro de unidades de conservações estabelecidas pelo estado e essas áreas são doadas pro próprio órgão gestor no caso Instituto Estadual de Florestas né o IEF, ou seja, tá contribuindo para a regularização fundiária das unidades de conservação que estão espalhados pelo território de Minas Gerais. Além de outras ações né, é difícil conseguir elencar tudo aqui, são muitas perguntas são questões muito complexas, hora que a gente entra no licenciamento ambiental, são várias variáveis né que um estudo desse de impacto ambiental tem que levar em consideração. Igual os membros do Ministério Público colocaram aqui algumas críticas em relações a aos levantamentos aspectos socioeconômicos né, pode ter ocorrido alguma falha né, a intenção é sempre abracer a todos, nem sempre a gente consegue né? Mas enfim é isso, a gente quer deixar claro aqui que a empresa busca adotar todas as medidas adequadas.

Lirriet: Tempo esgotado.

[Aplausos]

Lirriet: Vamos pro penúltimo bloco, primeiro inscrito o senhor Sabino Lucas de Jesus Barroso, secretário de Agropecuária

Sabino Lucas: Boa noite a todos, a minha pergunta é se a Minas Mineração tem algum programa né, algum projeto para fazer bacias e contenções, porque com esses danos né com o lençol freático, como foi falado aí, baixando, seria interessante fazer bacias de contenções, fechamento de nascente, para recuperar a água do lençol freático para ela manter né o seu curso normal e natural. Uma vez que a gente tá né acima 800 m de altitude, acima de 700, e talvez a Minas Mineração tá abaixo. Pode ser que isso pode tá influenciando, igual foi falada a menina lá. Isso é uma dúvida que a gente tem.

Pergunta é essa.

[Aplausos]



Lirriet: Próximo inscrito o senhor Vinícius Sardinha, extensionista local do Emater.

Vinícius: Boa noite a todos, queria parabenizar por essa audiência né, o Ministério Público e a Minas Mineração, acaba que essa audiência que é sobre o novo licenciamento, acaba sendo quase parecendo uma prestação de contas do trabalho da Minas Mineração também, visto que o público em geral não tem muito conhecimento né das operações, do que tá sendo feito.

A minha pergunta é o seguinte: considerando que esse primeiro licenciamento já existe, agora no caso o que tá sendo discutido é uma ampliação, eu queria perguntar, a pergunta o questionamento, seria sobre as medidas mitigadoras e compensatórias previstas nesse EIA/RIMA da Minas Mineração. Há um cronograma e há indicadores que estão sendo medidos ou que estão sendo preconizados para medir a efetividade dessas ações de recuperação ambiental? Essas medidas elas são eficazes? Elas são mensuráveis? É possível o público acompanhar essa mensuração? Porque vira e mexe né, no próprio escritório local de Emater, nós somos questionados por produtores, pela sociedade em geral, sobre as atividades, sobre as ações do ponto de vista ambiental que são realizadas pela Minas Mineração, e a gente não tem essa informação muitas vezes para passar. Então, a importância dessa audiência, desse esclarecimento público aqui também. A minha pergunta é nesse sentido. Obrigado!

[Aplausos]

Lirriet: Última inscrita do bloco, Diana Mira, funcionária pública.

Diana: Boa noite a todos, quero parabenizar e agradecer ao Ministério Público né por essa audiência, muito importante esses espaços de debate para o nosso município e agradecer também a Minas né, por nos dar essa oportunidade. E a pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte: A gente ouve dizer né, que onde que a mineração vai, estraga, detona, e eu gostaria de saber como ficará o local após a exploração? Se a Minas tem algum programa de recuperação ambiental? E o que será feito nesse programa, e também gostaria de solicitar esclarecimentos, como o que é feito com os rejeitos. Muito obrigada!

 (31) 3191-4760  minasmineracao.com.br

Rua Desembargador Jorge Fontana, 600 – 3º andar
Belvedere – Belo Horizonte/MG – Cep. 30320-670

[Aplausos]

Lirriet: Para fechar o penúltimo bloco, 6 minutos para falar do empreendedor.

Felipe: Respondendo o questionamento do extensionista da EMATER né, tem os programas, hoje são 12 programas de execução de monitoramento, vão passar para 14 com ampliação né, igual a gente falou. Muitos programas que vão ser executados na etapa de ampliação, já estão em execução, outros são novos. Além dos programas, quando tem um licenciamento ambiental, a equipe da URA, do órgão ambiental, estabelece condicionantes que vinculam a execução desses programas por parte do empreendedor, que vinculam prazos de apresentação dos resultados desses programas e a próprio o próprio órgão ambiental também, ele fiscaliza o resultado desse programa de monitoramento. Então sempre que é verificado alguma não conformidade, alguma situação que enquadra em poluição ambiental, ou dano ambiental, o órgão ambiental chama o empreendedor na responsabilidade, até mesmo por auto de infração, e a forma de ter acesso a isso não é tão simples, porque esses relatórios condicionantes são protocolados dentro do licenciamento ambiental que comprovam a execução dessas condicionantes e programas ambientais, ele é feito dentro do próprio licenciamento ambiental. Para você ter acesso a isso, você teria que realmente solicitar junto ao órgão ambiental, vista desse processo, entendeu?

Assim, o estudo ambiental igual nós estamos hoje aqui nessa etapa de audiência pública, ele é público, ele é aberto ao público, não só aqui nesse ambiente aqui, mas se você entrar na plataforma do ecossistema lá dá SEAMAD né, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Tem locais específicos né, talvez nem todo mundo esteja familiarizado como fazer a pesquisa, por não atuar diretamente na regularização ambiental, mas é possível você consultar todos os processos de licenciamento ambiental, em âmbito estadual pelo site da secretaria. Agora, realmente esses acompanhamentos de condicionantes, são questões muito específicas né, que a gente acaba submetendo só ao crio do órgão ambiental. Isso não tá tão fácil acesso ao público né?



O questionamento, último que teve em relação à questão da recuperação da área, é uma obrigação legal da empresa, toda empresa de mineração hora que ela encerra suas atividades, ela tem que executar o plano de fechamento de mina né, isso é uma obrigação legal. Ela tem que inclusive com a execução do plano de fechamento de mina a depender da situação da condição de operação da mina ela monitora aquela área muitos anos, no caso da minas mineração em termos o que já vem já vem sendo executado hoje pensando já no futuro para um eventual encerramento de atividade, é o PRAD, que ele é de execução contínua, com relação aos rejeitos, uma das atividades que estão sendo incluídas no projeto de ampliação, que tá em debate hoje aqui seria realmente o reaproveitamento desse material já disposto em pilha, reprocessando ele né? Isso além de ter um ganho ambiental, que você começa a devolver as áreas onde estão ocupadas hoje por pilha de rejeito, há a uma condição mais próxima do natural né? Você vai reconformando a topografia do terreno ali, além de prolongar a vida útil do empreendimento e dar um uso mais nobre para esse material que inicialmente não tinha um valor econômico e passa a dar um valor econômico para ele, agregando valor a ele.

Guilherme: Só complementando aqui essa questão do uso futuro da área né, lá da Cava Antero em especialmente, que é objeto da ampliação. Ao final da lavra, durante a lavra na verdade, quando a gente faz o desaguamento, essa estrutura da cava ela funciona como uma estrutura de descarga, que é onde a água subterrânea ela aflora nas paredes da cava né, nos taludes ali e ela é drenada e jogada no rio, ou seja, a água que tem o fluxo natural subterrâneo, a conectividade subterrânea superficial no rio, ela continua acontecendo. Só que a gente faz uma intervenção ali, assim como cisterna né, assim um exemplo simplista, pega essa água e joga lá no rio beleza? No final da operação, cessa o bombeamento e essa cava, ela passa a ser uma estrutura de recarga. De acumulação de água e favorece a recarga ali no entorno. Então no final do empreendimento, a cava pode virar um lago, que é um armazenamento de água de chuva e água subterrânea para abastecer às vezes a comunidade ali no entorno que não tem água superficial, às vezes fomentar uma irrigação, alguma agricultura familiar

com o uso dessa água. Existe inclusive um estudo falando do uso sustentável dela para não drenar 100% né? Fazer o balanço hídrico ali anual com chuva, com influxo subterrâneo para que você use, mas ela não seque e aí você mantém o nível d'água ok, tá?

A pergunta do Sabino é sobre o incentivo né, talvez de uma parceria da empresa para fazer barraginha para incentivar ali, favorecer a recarga né, que são estruturas que os próprios produtores rurais fazem por conta própria né, essas caixas de contenção no fundo de gruta para reter água né. A Minas já faz isso, a própria Cava Motel é uma estrutura de contenção que favorece a recarga, funciona como barraginha, como uma grande barragem, na verdade uma grande barraginha tá gente? Não é barragem de rejeito não, pelo amor de Deus eu falar um negócio desse aqui. Então ela já funciona e eu não vejo problema nenhum em criar essa parceria, de vir aqui ouvir que a audiência pública, às vezes a gente fica parecendo que é um tom de briga, tanto de insatisfação, mas é eu acho que é o momento de ouvir e colher sugestões de melhorias. Quem vem às vezes só com uma crítica, não tá querendo melhorar nada, ele não quer, ele não me fala o que que ele quer, né? Então assim, o Sabino veio numa postura muito boa, sugeriu uma parceria? Excelente. Por que não, o Gilmar tá aí, busca esse contato com Gilmar para fazer isso acontecer.

Então, a audiência pública é um momento é de escuta sabe, não de repreensão, de agressão. É de contato né, às vezes pouco ou muito. Mas é um momento de contato aí da empresa com a população para ouvir as nuances de cada pessoa, beleza? Obrigado!

[Aplausos]

Lirriet: Último bloco pessoal o inscrito Teófilo Pinho Andrade.

Teófilo: Boa noite a todos. Quem fala no final já tá exaurido o tema né, os temas já estão bastante debatidos, mas nós saímos daqui hoje com dois consensos. Primeiro, que vem o minério, que vem o dinheiro do minério e que a empresa não solte panfleto dizendo que tá aqui só para gerar emprego, tá aqui para gerar lucro para seus acionistas e os trabalhadores querem participar do lucro do minério, a cidade quer

participar do lucro do minério, isso é um consenso. Segundo consenso, atividade mineradora é a atividade mais impactante do meio ambiente, a atividade humana mais impactante do meio ambiente, impacto social, estejamos de olho aberto, aprendemos com a história. Nós não estamos aqui é inaugurando mineração, nós somos fruto do ciclo do ouro né? Os negros com a crise da cana no Nordeste foram vendidos para os mineradores da região de Minas Gerais, os nossos operários hoje são sucessores dos escravos, a sociedade é sucessora de um minério que deu uma safra, alimentou o império português, alimentou a revolução industrial na Inglaterra e acabou, acabou, deixou o buraco, deixou crise, nós temos que aprender com a história. Temos que aprender com a história de Brumadinho, que deixou muito defunto, deixou acidente, temos que aprender com a história de Mariana, né? Não sejamos inocentes. Saímos daqui com a proposta de um fórum permanente, para fiscalizar o poder público. Onde é que você tá enfiando esse dinheiro que entrou aqui? O prefeito que foi eleito com a bandeira de transparência e participação. Onde é que você gastou esse dinheiro? Saímos daqui, com as preocupações ambientais. Que sejam colocadas nesse fórum permanente. Sabinópolis precisa estar de olho aberto, aprender com a história, história recente, história passada, história dos negros né? Essa região aqui, essa região central, essa região do Rio Doce, do Jequitinhonha, foi uma região próspera. O censo de 1757, o município do Serro era maior do que o Rio de Janeiro e do que Nova York. Esse cara tá maluco! Não, o censo de 1757, o município do Serro tinha uma população maior do que Nova York e Rio de Janeiro. Sobrou buraco, sobrou pobreza, é das regiões de menor PIB, de maior concentração de pobreza do estado de Minas Gerais.

Lirriet: Tempo esgotado.

Teófilo: Saímos daqui com a proposta de um fórum permanente para acompanhar

Lirriet: Senhor Teófilo!

Teófilo: Isso e vigiar orai e vigiai.

[Aplausos]



Lirriet: Próximo inscrito, o senhor Neymar Queiroz Araújo. Não vem? Ok.

Próximo inscrito Vinícius Moura, representante da Agenda Verde.

Vinícius Moura: Boa noite a todos, é uma satisfação estar aqui na cidade de Sabinópolis, eu a conheço desde 2003, quando eu saí de Valadares e fui para Diamantina para me formar lá. E ao longo desses 22 anos, eu vi essa cidade crescendo devagarzinho, toda vez que eu passava por aqui. Hoje eu trabalho no setor de meio ambiente, presto serviço para algumas empresas de mineração e eu quero dizer para vocês aqui, população de Sabinópolis, que por mais que tenham aqui pontos de vistas diferentes. Vocês são de certa forma abençoados por ter esse minério aqui, talvez vocês possam se perguntar: "Mas como assim abençoados? Quantas cidades aqui no entorno de Sabinópolis tão do mesmo tamanho? Do mesmo jeito há quanto tempo? Vocês já pararam para pensar isso? Vocês têm cidades próximas aqui, por questões de ética eu não vou dar nomes aqui. As menores cidades que a gente tem no entorno aqui, que estão do mesmo jeito tá há bastante tempo. Vocês são abençoados de ter esse minério aqui, porque ele pode ser explorado, ele pode gerar riqueza e divisas para os cidadãos da cidade e a gente não precisa pensar só na gente não. Como foi falado aqui, quem vive sem minério hoje gente? Todo mundo veio para cá no lombo de um burro? Ou veio de carro ou de moto? Para falar pouco, nossas casas são feitas de madeira ou de concreto armado? Onde tem a ferragem dentro do concreto?

Então a gente precisa ter essa consciência, de que não é só para essa cidade que o minério é bom não. Ele vai ser transformado em aço e vai beneficiar pessoas que a gente nem conhece. Concordo aqui que, diante de tudo que foi trazido, essa oportunidade de tá aprimorando esse relacionamento da empresa com a comunidade, acredito que os representantes da empresa aqui vão tomar nota disso e desempenhar ações que busquem fazer essa aproximação de uma forma mais coesa. Agora, citando meu bisavô João, eu vou falar um ditado popular aqui antigo, "Quando a fome entra pela porta, o amor sai pela janela". Alguns de vocês já devem ter escutado isso aqui.

Essa frase simples, ela reflete o universo de coisas que acontecem quando em uma cidade, você não tem oportunidades de emprego, a comunidade inteira sofre.

Lirriet: Tempo esgotado Vinícius.

Vinícius: Obrigado pessoal.

[Aplausos]

Lirriet: Pessoal, só gostaria de consertar aqui. Eu fiz a leitura do nome de uma pessoa errada sabe? Falei Adelson no início da nossa reunião, e é Adilson. E o Adilson parece que tá aqui, ou pelo menos estava e queria ter a oportunidade de falar. Adilson tá aí? Desistiu? ok, então o senhor Adilson desistiu da fala.

A gente finaliza então esse último bloco oportunizando os 6 minutos do empreendedor.

Gilmar: Gente, quero reforçar que é uma concentração magnética, via seca e vamos tratar o rejeito da concentração magnética via seca por um sistema novo de concentração via úmida, com secagem do rejeito. Então, não existe barragem no nosso processo e o consumo de água, ele vai ser reduzido mais de 80%. Essa é a tecnologia que nós estamos trabalhando com ela agora.

Danilo: Então, complementando aqui aproveitando o tempo, de algumas preocupações foi colocada em relação ao rejeito, o Gilmar colocou né, não tem barragem. Em relação a risco de contaminação das águas superficiais do lençol, a empresa faz o monitoramento todos os efluentes que são gerados hoje, que é o efluente sanitário: ele é tratado de acordo com as normas e não tem lançamento no corpo hídrico, ele é feito lançamento de exposição no solo, por meio de sumidouro; os lavadores que gera né o resíduo de óleo: esse efluente é tratado e é feito de exposição no solo por meio de sumidouro, então isso não volta né para contaminar o corpo hídrico. Além disso são monitorados e atende as normas. Os monitoramentos atmosféricos, são feitos de acordo com as normas numa frequência estabelecida pelo próprio órgão ambiental aprovada, e tem um histórico dessas informações; qualidade

do ar, é importante ressaltar aí, igual o Felipe colocou e alguém perguntou: "como é que faz acesso a essas informações?". A empresa tá de portas abertas, quem quiser ter acesso a essas informações dos monitoramentos, de todo histórico, com certeza vão ser disponibilizado vai ser explicado com mais detalhes esses números vão ser abertos, então fica aí a convite para a população, os representantes procurar a empresa para ter acesso a essas informações. Lembrando que existe um programa de educação ambiental, que ele ocorre de forma trimestral, encontro com a sociedade, onde são tratados vários temas de interesse, inclusive a parte de dia de campo, de barrinha e essas informações de monitoramento elas podem ser também disponibilizadas lá para quem quiser entender o que que tá acontecendo, os monitoramentos apresentados, com mais detalhes. Então é um canal de comunicação, um dos canais de comunicação e a aderência hoje é muito baixa.

Então fica o convite aqui, de procurar a empresa, ver em quais datas que ocorrem esses encontros, são trimestrais, que a empresa vai estar lá discutindo temas relevantes do que é feito, capacitando a comunidade para acompanhar as informações monitoramento que são feitos e capacitando em relação à questão né de entender as normas, os procedimentos, os controles ambientais são feitos. Então fica o convite aí.

Guilherme: Pessoal só para encerrar isso aqui, aproveitar que tá sobrando tempo e antes tava era faltando. Eu assim como talvez a grande maioria, antes da Minas né tiveram outras duas empresas que não tem vínculo nenhum e eu tive as mesmas dúvidas, não sabia que né e assim não tinha não era formado ainda e tudo mais. Não sabia que tipo de minério, o que que fazia; eu só escutava falar que a água estava acabando por causa da mineradora. Aí eu comecei a estudar, formei e aí eu falei assim: "gente não tem como ser da mineradora, se o tratamento é a seco né?" O beneficiamento do material é a seco, não tem consumo de água, usa água é para aspersão de via, é para consumo humano, é muito baixo o consumo para acabar com a água de Guanhães por exemplo. E aí o que me motivou fazer o primeiro estudo nessa área de recurso hídrico, foi exatamente essa dúvida. Aí eu procurei primeiro o SAAE, porque a outra empresa que estava aqui, já não estava aqui mais. E aí o SAAE era o



mais interessado em achar alguém culpado por acabar com essa água e às vezes não tem um culpado né? Assim, a condição climática acontece, em 2019 não sei se todo mundo lembra, a gente perdeu boi, perdeu criação, tempo seco. Aí comecei a estudar e vi, com base em números, em dados técnicos e tudo mais que às vezes são inquestionáveis né. Número não tem como né, a soma, a matemática ela é exata, que há possibilidade de um benefício na disponibilidade hídrica da região, uma cava da forma como está lá hoje né? E que no futuro vai ficar também, um armazenamento de água, um favorecimento da recarga, então assim, a gente precisa buscar e entender mais.

Hoje eu tenho essa oportunidade de trabalhar com eles e entender melhor, talvez nem todos tenham, mas se você tem uma dúvida, antes da gente formar uma opinião sabe? Eu acho que deveria procurar saber e às vezes não tem acesso à empresa, mas procura quem tem. Às vezes muita gente me pergunta, me vê na rua e fala assim: "Onde que eu procuro?" Eu vou falar assim, é fulano de tal que você tem que procurar, eu vou tentar, anota o meu telefone. Às vezes eu não consigo resolver, a gente não consegue resolver isso na hora e nem tem poder de decisão, mas, é muito importante tomar conhecimento do assunto, como assim como eu fiz na época que me motivou, pra gente começar a poder opinar assim de forma assertiva e sem nenhum questionamento mais severo sabe? Sem nenhuma proposição de culpa mais severa, sem de fato saber o que acontece. Beleza, gente?

Então muito obrigado a todos aí.

[Aplausos]

Lirriet: Bom, encerrada a parte de manifestação, nós vamos para a quarta parte que consiste nas considerações finais onde o empreendedor e o requerente da audiência se manifestam por até 10 minutos. O empreendedor quer fazer a manifestação final de 10 minutos? Primeiro o MP, perdão.

Álvaro Calazães (Promotor): Antes da gente contar aqui, iniciar o tempo, o pessoal da comunidade Quilombola? Quem aqui é da comunidade Quilombola? Ainda restaram alguns, o Reginaldo aqui, Ivanilde...

Inclusive eu gostaria de deixar registrado aqui, que eu comecei, eu iniciei minha fala falando sobre honestidade e a gente tem que dar a César o que é de César. Eu ontem, de quarta para cá eu viajei 10 horas para fazer um júri, hoje eu fiz audiência criminal para tratar das piores mazelas sociais, estupro de criança, enfim, a tarde toda e eu tô desde 18:30, sentado aqui nessa cadeira prestando atenção. Amanhã eu tenho outra audiência dessa, para tratar de outro assunto, em Guanhães; eu esperava que tivessem todos aqui como quando a gente chegou, a gente tem que ser justo nesse sentido, porque vocês são interessados e eu tenho que trazer, eu tenho que expor isso aqui. Fiquei muito chateado com isso, porque ainda são 22:30 da noite, eu quando chegar em casa eu ainda vou trabalhar. Então vocês que são os mais interessados e que estão pleiteando, voz e ouvidos deveriam estar aqui ouvindo. Isso daqui eu tenho que deixar consignado. Eu não sei o motivo, talvez eu esteja sendo injusto, talvez não sei se tenha transporte para a localidade, enfim, mas eu gostaria que todos estivessem aqui, enfim.

Podemos prosseguir. Eu fiz algumas anotações aqui, relacionadas a tudo que a gente angariou nessa audiência e que eu repto como sendo extremamente proveitosa, justamente por causa dessa abertura, no que diz respeito ao diálogo e por causa da manifestação da população como um todo no que diz respeito à atuação da empresa. Mas, o que eu mais gostei e que na verdade aqui também eu tenho que ressaltar, é o comportamento não só da empresa, é o Gilmar, o Gilmar e o responsável pela empresa técnica que faz que fez o Eia e o Rima como chama? Felipe. O que eu queria ouvir era justamente isso, era o reconhecimento de que como o Gilmar fez, o reconhecimento de que: “ó talvez eu tenha errado mesmo com relação ao direcionamento das perspectivas e expectativas da empresa no que toca a própria cidade objeto da extração mineral”, e, levando em consideração as anotações que eu fiz aqui, quando se fala de trabalho, de fato é importante que a gente leve isso em



consideração Gilmar, que o trabalho que é fornecido, "ó vamos passar de 140 para 240", quantos desses 240 serão de Sabinópolis? Será que não é importante a gente conceder e conferir uma retribuição, uma contraprestação para a cidade de onde a gente extraí o minério? Você falou, o senhor falou assim: "É, considerem que o minério, a extração do minério em razão da Vale já ter tentado e não ter conseguido, mas em razão dessa metodologia que foi adotada, o senhor falou assim: "Considerem que o minério abençoou essa cidade." As palavras do Senhor foram essas. Eu vejo sobre outra perspectiva, considerem vocês da empresa, que a cidade de Sabinópolis abençoou vocês. Eu acho que esse deve ser o prognóstico de pensamento, e quando o representante da ACE fala assim ó "eu preciso do fortalecimento do comércio, alimentação, gasolina", enfim, quando e a resposta da empresa é: "Não, mas a gente não foi procurado." É muito difícil que um motorista de um caminhão um proprietário de um caminhão chegue numa empresa e diga: "Ó eu quero fazer frete" porque o que ele vai poder fazer para a empresa é insignificante dada a quantidade de minérios para se transportar, mas talvez se a organização partir da empresa Gilmar, no sentido de "ó, a gente vai abrir aqui um cadastro de proprietários, ou de transportadores, fornecedores desse serviço", talvez isso seja feito de uma maneira, a gente consiga operacionalizar isso e de fato os recursos fiquem represados na cidade de Sabinópolis e a cidade de Sabinópolis possa crescer naturalmente.

O Milton fez uma indagação também muito importante relacionadas às estradas, quais que seriam os impactos e como é que a mineradora vai lidar com esses impactos no que diz no que diz respeito aos prejuízos. Claro que foi respondido no sentido de que não se passaria aqui pela parte da cidade, enfim, a arrecadação de tributo é uma obrigação jurídica naturalmente, se não se declarar inclusive, se não se recolher imposto, se configura crime. Então é uma obrigação, talvez o que a sociedade queira saber é o que é que a empresa como retribuição moral, está disposta a ceder em desfavor do potencial lucro, vai deixar de receber para que a gente possa melhorar também? Eu acho que esse é um pensamento que a gente deve levar em consideração.



Eu gostei muito das perguntas de todo mundo aqui, foram perguntas extremamente inteligentes e proveitosa, a pergunta do Otávio funcionário, a pergunta do Rafael também, mais oportunidades para as pessoas de Sabinópolis isso deve ser levado em consideração o Hermógenes perguntou: "Ó a gente tem certeza absoluta que os lençóis freáticos, a essa atuação da empresa vai reduzir ainda que paulatinamente, a capacidade de fornecimento, a capacidade de vazão de água no lençol freático, e isso é reconhecido no próprio projeto, no próprio EIA/RIMA. Quais que são as propostas e os projetos concretos?" É caminhão pipa? O que que se vai fazer concretamente nesse interregno, nesse interstício em que a vazão e o fornecimento de água vai ser diminuto. Então, acredito que isso é algo a se pensar. E a exceção de pergunta aqui que talvez não me tenha soado, e que foi a pergunta também da Karine né? "Além dos tributos, o que é que de investimento da própria empresa dos do seu bolso mesmo para fins de crescimento exponencial da nossa cidade".

A única pergunta aqui que talvez me tenha causado estranheza, foi a do presidente do sindicato que chegou aqui até de uma maneira enérgica, falando que tem que ser, porque gera emprego e porque tem pessoas que utilizam de circunstâncias de discursos que são maquiados para poder impedir o desenvolvimento e até falou isso de uma maneira enérgica e gritando aqui. Ninguém gritou aqui, a gente tá acostumado e conhece o histórico, o passado de supressão de minorias justamente pela imposição do poder do mais forte. Muitas das vezes por causa de grito, a gente não tá aqui para gritar.

Se o empreendimento vai ser expandido, não é porque se chegou aqui se gritou, porque tem que ser e porque tem empréstimo, porque tem recurso e porque tem angareamento de imposto e sim por causa do comportamento da empresa no sentido de: "ó, eu errei nisso" e do, me perdoe, o Felipe e o Danilo. O Danilo falou assim: "A empresa tá aberta a gente pode rever isso aí, a gente pode conversar sobre isso. Se o empreendimento vai ser expandido, é por causa desse tipo de comportamento. Porque com grito aqui, onde se tem minorias e isso não é cabível e do lado de cá tem



quem grite também e jamais subestimem a capacidade da gente de gritar também, porque a gente também grita alto.

Essa é uma conclusão que como promotor de justiça, eu faço, no sentido de que, a gente pode dialogar, a gente pode conversar, sem sombra de dúvida e eu acredito que vai dar certo se a gente mantiver essa relação dialética sempre com muito respeito. Não tem a ver com cumprimento de lei, cumprimento de lei é uma obrigação, é uma obrigação civil, a obrigação jurídica tem a ver com respeito, que é uma imposição moral, um imperativo categórico nas palavras do filósofo Emanuel Cante.

Então, eu gostaria de agradecer a todos, eu não tenho mais digressões ou conclusões, eu gostaria de agradecer a todos pela atenção, todos que aqui ainda estão, queria saber se o Renato tem mais alguma conclusão a se fazer. Muito obrigado!

[Aplausos]

Lirriet: 10 minutos para a manifestação do empreendedor.

Gilmar: Muito boa, sábias palavras do doutor. Primeiramente, como eu já falei no início, assumo a culpa, porque eu sou Minas Mineração, da falha, em talvez esse diálogo não ter sido mais flexível ou mais transparente.

Doutor, com certeza saímos daqui melhor do que nós entramos, você pode ter certeza disso. Que a proposta agora, é trabalhar em cima das nossas falhas e melhorar como eu disse para vocês, a Minas veio com a intenção de ficar e realmente fazer história nessa cidade, como uma empresa que não veio, tirou suas riquezas e foi embora, de fato é lucrativo tá doutor, é lucrativo, mas também e que todas as pessoas se tornem prósperas por aquilo que a terra abençou quem veio. E, como o presidente da Associação do Comércio que esteve aqui já deixo de pronto aqui, as portas da minha sala aberta para discutir inclusive o que que ele tem na parte de empreendedor, o que que ele pode oferecer e eu mostrar o meu catálogo de serviços que eu tenho disponível



que eu preciso contratar. E o que não tiver, eu posso dar as devidas orientações para que ele possa também ajudar a preparar o fornecimento de serviço interno.

Fomos muito bem recebidos pela cidade, então é o nosso dever ser recíproco naquilo que nós podemos oferecer e o que nós temos hoje para oferecer é muita boa vontade de fazer um trabalho diferente. Doutor, eu trabalho com essa família há mais de 20 anos, eu tive oportunidade, talvez um homem improvável com família, vem de família pobre, muito, eu tive oportunidade através dos sonhos desses empresários que se tornou o meu sonho e eu consigo transferir isso para todo mundo. Quem trabalha comigo há certo tempo, sabe do que eu tô falando, não é demagogia, não tô tentando fazer ninguém chorar por nada. Eu tive essa oportunidade, e a empresa veio, nós não somos encarados como estatística na empresa, como pessoas. O dono da empresa conhece, sabe, nos conhece pelo nome e eu não tô mentindo, pode chegar na empresa e conversar com todo mundo a respeito disso.

Por isso venho pedir desculpa, a todos que se sentiram ofendidos pela forma que a audiência pública chegou até vocês, principalmente a família quilombola, que vocês são família. É muito bom quando vem uma comunidade unida como família, brigando por um ato comum. Fui procurado por muitos vereadores, fiquei satisfeito, porque geralmente quando nos procura já é com a faca no pescoço, doutor e alguns me receberam muito bem. Quero agradecer na presença do presidente aqui, que ele e outros que a Andressa, que eu acho que, não sei se já foi embora, mas a finalidade é de nos ajeitarmos, porque nós temos que dar certo porque nós estamos juntos agora. Essa é a medida de vida que eu levo e nós vamos dar certo, eu quero construir pontes, a Minas quer construir pontes. Quando eu falo eu gente, porque eu me sinto Minas Mineração, essa camisa não tá só tampando meu corpo e cobrindo não, mas ela tá, esse símbolo tá no meu coração também. Muito obrigado a todos!

[Aplausos]

Lirriet: Passando para a quinta e última parte da audiência, antes de finalizar.

Oi desculpa, pode.

(31) 3191-4760 minasmineracao.com.br

Rua Desembargador Jorge Fontana, 600 – 3º andar
Belvedere – Belo Horizonte/MG – Cep. 30320-670



Danilo: Vou só concluir aqui, aproveitar que temos um tempinho ainda, acho que o momento é de agradecimento.

Vai dar para falar aqui?

O momento de agradecimento né, acho que a gente sai como empresa de consultoria com grande aprendizado, as críticas foram né muito bem vida e construtiva para a gente evoluir, então acho que é o papel de audiência isso, é uma construção, acho foi feito de uma forma muito positiva e construtiva, gerando um excelente resultado para a gente evoluir e em termo de prognóstico, da Minas continuar operando e ampliar suas operações e/ou encerrar né. Eu acho que fica claro aqui, que um aprendizado, com a evolução que a gente teve, que a gente potencializando os impactos positivos né, que a mina pode gerar e trabalhando para minimizar esses impactos negativos com certeza a resposta é: "vale a pena sim continuar o empreendimento, fazer as ampliações né". O aprendizado que a gente gerou aqui, com certeza a gente tá muito mais preparado para dar esse passo, que é caminhar com ampliação, trabalhando para minimizar os impactos, ouvindo cada vez mais a comunidade para construir isso junto e potencializar também aquilo que é positivo né. Acho que é a mensagem que fica aí e a gente agradece aí contribuição de todos.

[Aplausos]

Lirriet: Vai usar mais tempo gente? Não?

Então, antes de terminar, gostaria de reforçar com vocês, porque vocês falaram em algum momento sobre acesso ao processo do licenciamento. Nós disponibilizamos acesso ao processo de licenciamento, mediante pedido de vista né, antecipado para que a gente programe toda a disponibilização do documento para vocês em cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados. Então, é possível sim que vocês tenham acesso ao processo que deu origem à licença de operação, da Minas Mineração né que eles têm agora e caso vocês tenham alguma dúvida pertinente ao licenciamento mais uma vez estou reforçando, façam o protocolo via SEI em até 5 dias úteis, depois dessa audiência.

(31) 3191-4760 minasmineracao.com.br

Rua Desembargador Jorge Fontana, 600 – 3º andar
Belvedere – Belo Horizonte/MG – Cep. 30320-670



Gostaria de agradecer a todos os presentes, parabenizar pelo excelente debate e participação, engajamento de Sabinópolis com esse processo de licenciamento. Agradecer ao promotor pela oportunidade de presidir a audiência e a todos os presentes. Obrigada Minas Mineração, a Fundação Estadual de Meio Ambiente agradece e finaliza a audiência pública. Boa noite.

[Aplausos]

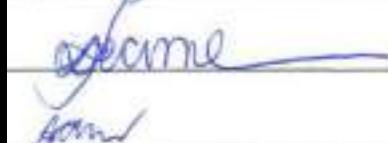
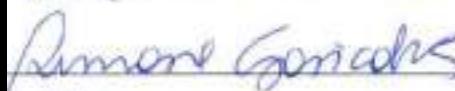
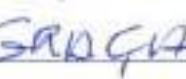
Mestre de cerimônia: Senhoras e senhores, a Minas Mineração se sente honrada e cheia de gratidão pela acolhida respeitosa que recebeu tanto no espaço privado quanto no público e agradece a todos pela presença. Uma ótima noite a todos.

Minas Mineração, mineração segura, sustentável e rentável.

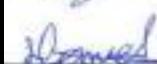
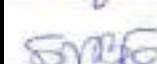
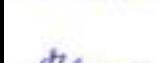
Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Name	CPF ou RG	Assinatura
01	ROBSON DE JESUS		
02	Ercanito de Oliveira Magnera		
03	Batidão Rodrigues Bruto		
04	Sérgio Freira Soares Junior		
05	DANILLO JOSE P. DA SILVA		
06	JAGO BRACKERS PERBOSA		
07	WALDEMAR DO SANTO		
08	Elmo castro Almeida		
09	Paulista Moniz Gonçalves		
10	Ivaniilde Salomé		
11	Rapulha Felipe		
12	Gisele Aparecida Serra		CP

Lista de Presença da Audiência Pública da **Minas Mineração LTDA**, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
13	Kelli Fernandes das Santas Pereira		
14	Enad Rhaini Fernandes		
15	Diego Júnior		
16	Renato Jacques de B. Veiga		
17	Fábrica Amaral Recâncio		
18	Adrieli Barreto de Lima		
19	Ramone Gonçalves		
20	Lídia Moreira Gonçalves		
21	Maria das Graças R. Lopes		
22	Giovanni Rauter		
23	Renato Vaz Pinto		
24	Fernando Araújo		

Lista de Presença da Audiência Pública da **Minas Mineração LTDA**, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
25	Jean Brando Lito		
26	air jairis ferreira de oliveira		
27	Daniela Aparecida Rodrigues silva		
28	Fául Henr comanda mueng		
29	amadaleo marcelo de souz.		
30	luan henry mirando		
31	Nayara Pires Figueiredo		
32	Sebastião Nilo Barroso ferreira		
33	contato m la su		
34	Andriana Ferreira		
35	lucia luglio		
36	Noises Pinho Barroso		

Lista de Presença da Audiência Pública da **Minas Mineração LTDA**, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
37	Luciano Lacerda dos Santos		Luciano
38	Marianna Pereira Chaves		Marianna
39	Isabel Viana Moreira		Isabel
40	Adriano Monteiro		Adriano
41	Cleusa do Carmo		Cleusa
42	Luzia Maria da Silva		Luzia
43	Fábio da Silva		Fábio
44	Paulo Marinho da Silva Chaves		Paulo Marinho da Silva Chaves
45	Guthierre Renique da Mota		Guthierre
46	Geovana Oliveira		Geovana
47	Daniela Renique dos Santos		Daniela
48	Ibraldino Rocha		Ibraldino

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
49	joaquim Francisco Sereira		joaquim
50	Tomirizinho Pereira		
51	Carla Eli		carla Eli
52	Silvana de Adélia Felix Custodio		Silvana
53	Alice Felix		Alice Felix
54	Ricardo Porto BARBOSA		Ricardo
55	Wanda Mayra de Freitas		Wanda
56	Renato ab. Melville		Renato
57	Arquimônio A. M. Neto		Arquimônio
58	Edison Carvalho de Souza		Edison
59	Taem Maturi		Taem
60	Leticia de Souza		

Lista de Presença da Audiência Pública da **Minas Mineração LTDA**, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
61	opré Aguiar de silva		
62	Denis Tendoso Gonçalves		Denis P. G.
63	Eder L.S. Ferreira		Eder
64	João Victor Ventura		João Victor
65	João Paulo Ventura dos Santos		João Paulo
66	Luz Nogueira de Pinho		Luz
67	gauí de oliveira silva		gauí
68	Manuella Alícia Tavares		Manuella
69	Andressa Raphelle Santos Quirino		Andressa
70	Bruno César e filha		Bruno César
71	Minas das graças sara Quirino		
72	milton ferreira		

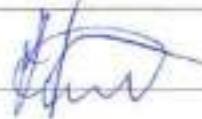
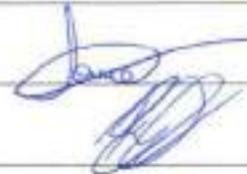
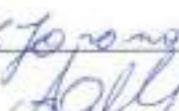
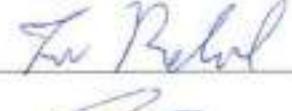
Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
73	Daniela Rodrigues Moraes		Daniela Rodrigues
74	Sandálio Rodrigues		Sandálio
75	Sabrina C. de Castro		Sabrina C.
76	Fagner Gonçalves		Fagner
77	José Eduardo Santos Gonçalves		José Eduardo
78	Neide Ferreira		Neide
79	Wagner Siqueira de Oliveira		Wagner
80	José Carlos Alencar		José
81	Grazielle Ribeiro da Silva		Grazielle
82	Endréa P. Queiroz		Endréa
83	Hélvio Henrique F. de Pinho		Hélvio
84	Neiman Ap. Chaves Araújo		Neiman

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
85	Rafael Dias		Rafael Dias
86	Reginaldo Pereira Costa		Reginaldo Costa
87	Judimila de Almeida Vilela		Judimila Vilela
88	Era Lúcia Lopes Mironha		Era Lúcia
89	Geraldo Paulo Magalhães		Geraldo
90	Fátima Formiana de Souza Sárcia		Fátima Sárcia
91	Karen Raquel Silva Melo		Karen
92	Henriqne de P. L. Bucrossi		Henriqne
93	Rafael Chaves		Rafael Chaves
94	Feliciano Rauf Júnior		Feliciano Rauf
95	Matheus Aguiar da Ribeiro		Matheus Aguiar
96	Etevaldo Lucas Queiroz		Etevaldo Lucas

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
97	Denalim Eletrivio Paolino		
98	Ressilda Fatima Carvalho		
99	Jani' Flávia Marcondes		
100	José E.P. Silveira		
101	Taylor Oliveira Lira		
102	Guilherme Soares Santos		
103	Roberto Longo		
104	Georgy Pinheiro da Costa		
105	Fristino O. Alves Jr.		
106	Diego Enock Bicalho		
107	Lílio Santiago Rabelo		
108	Wemerson Araújo de Oliveira		

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
109	Marcos Pereira de Miranda	[REDACTED]	[REDACTED]
110	Márcia Jabaquara de Souza Nito	[REDACTED]	[REDACTED]
111	Ricardo Rodrigues Al	[REDACTED]	[REDACTED]
112	Silvana Marques	[REDACTED]	[REDACTED]
113	Salvino Lucas Paganini Barroso	[REDACTED]	[REDACTED]
114	Guilherme Marques de Pinto Tavares	[REDACTED]	[REDACTED]
115	Maria da Luz S. Antunes	[REDACTED]	[REDACTED]
116	Patrícia Maria de O. Rodrigues	[REDACTED]	[REDACTED]
117	Thiabimara Lôbo Góes	[REDACTED]	[REDACTED]
118	Thiabimara Lôbo Góes	[REDACTED]	[REDACTED]
119	Vanilla Ramon da Silva	[REDACTED]	[REDACTED]
120	Vanice da Silva Ramon	[REDACTED]	[REDACTED]

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
121	Maria de Fátima F. Queiroz		
122	Magdalena Miranda Liboa		
123	Elizângela Mirela Costa		
124	Fernando S. de Carvalho		
125	Valéria Pimentel		
126	Ivánius Frólio Sardinha		
127	Edson Bacelos da Silva		
128	Marcela Brondum		
129	Stephanie Coimbra Tidens		
130	Mauro Dias Rodrigues Lameiras		
131	Leandro Alves Souza		
132	André Ricardo Pinto Aguiar		

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
133	Adriano Lopes		
134	Henrique Fábio Vito		
135	Rebeca NE Dm		
136	Wilson Reimberto M. Carvalho		
137	Andréia G. Gil		
138	Kenely Alves		
139	Gilson Nogueira do Nascimento		
140	Guilherme Bortolozzi		
141	Dra. Maria das Dores S. Gonçalves		
142	Renilson P. Bambam		
143	Kenny Netto D. Carvalho		
144	Vivícius Moura		

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
145	Júlia Maranhão Pereira		Júlia Maranhão
146	Giovanni Vilela de Alencastro Lima		Giovanni Vilela
147	Gustavo H. S. Lins		Gustavo Lins
148	Armando de Pinto Aguiar		Armando Aguiar
149	Fábio de Souza Coelho		Fábio Coelho
150	Breno de Almeida Barreto		Breno Barreto
151	Gustavo Vilela de Pinto Andrade		Gustavo Vilela
152	Sabrielle Andrade Queiroz		Sabrielle Andrade
153	Gustavo H. Pereira		Gustavo H. Pereira
154	Wellton Siqueira Costa		Wellton Siqueira Costa
155	Alecia Gerecino da Silva		Alecia Gerecino
156	Carlos Alves de Oliveira		Carlos Alves de Oliveira

Lista de Presença da Audiência Pública da **Minas Mineração LTDA**, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
157	Gelson dos Fernandes		Gelson dos Fernandes
158	WAGNON SEBASTIÃO DI SILVA		Wagson
159	Alana Cristina do Oliveira Morais		Alana
160	Marta Cristina de Oliveira		Marta
161	Mara Etuado Domingos Silveira		Mara Etuado o.s.la
162	Báilia Fernanda Tonello		Báilia
163	Kamilly Litoré Fernando Bui Oliveira		Kamilly
164	Mayra de Pinho Gazzola		Mayra
165	Rafaela de Amorim Oliveira		Rafaela
166	Maria Clara Ayala Aguiar Real		Maria Clara Ayala
167	Marcelo Roberto Rezende Garcia		Marcelo
168	Charles Miranda Macarado		Charles

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
169	Somara Angélica Souza Costa		Somara Angélica Souza Costa
170	Alvare de Oliveira Bocoré		Alvare de Oliveira Bocoré
171	Adem Liguemeida Silva		Adem Liguemeida Silva
172	Giovânia N. Bittencourt S. (Lívia)		Giovânia N. Bittencourt S. (Lívia)
173	Grazielle Moraes Ferreira		Grazielle Moraes Ferreira
174	Wesley Fernando Góes		Wesley Fernando Góes
175	Gustavo Micaela Carvalho		Gustavo Micaela Carvalho
176	Sandury de Souza		Sandury de Souza
177	Dan Mendes Pinheiro		Dan Mendes Pinheiro
178	Pedro H. Sardas.		Pedro H. Sardas.
179	Bruno Nunes Ribeiro		Bruno Nunes Ribeiro
180	Herlio Victor Mendes dos Reis		Herlio Victor Mendes dos Reis

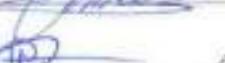
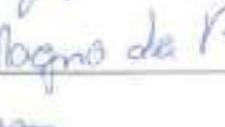
Lista de Presença da Audiência Pública da **Minas Mineração LTDA**, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
181	Geanna Almeida Dias		geanna almeida
182	Comissão cidadã da mineração		comissão cidadã
183	Taiane de Souza Domenzio		Taiane de Souza
184	Alice F. Miranda		Alice Fernandes Miranda
185	Isobelly n.º Menino de C. Ribeiro		Isobelly n.º Menino de C. Ribeiro
186	Talita Lamela de Souza		Talita Lamela de Souza
187	Suzana Gonçalves da Silva		Suzana Gonçalves da Silva
188	Matheus Evangelista Pereira Soares Roman		
189	Yuri Pires de Oliveira		
190	Andrea Lancha e Silvana Ribeiro de Melo		Andrea Lancha e Silvana Ribeiro de Melo
191	Yasmin Rosa		Yasmin
192	Sthefany Gabriely		Sthefany

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
193	Auditorio da PEG		6 Chico
194	Joséfa Mendes Dias		Joséfa Mendes Dias
195	Isabeli Maria Angos Dias		Isabeli Maria Angos Dias
196	Clávia Pereira da Silva		Clávia Pereira da Silva
197	Luciana Gonçalves da Silva		Luciana Gonçalves da Silva
198	Graciele Alves Chaves		Graciele
199	Viviane Silvestre da Silva		
200	Jaqueline Aparecida Gonzaga		Jaqueline
201	Janaina M. Fernandes Ramon de Almeida		Janaina
202	Gabrielle Guimarães		Gabrielle
203	Thamara Kelly Silveira		Thamara
204	Feliane Carvalhos de Paula		Feliane

Lista de Presença da Audiência Pública da Minas Mineração LTDA, inscrita no CNPJ 31.096.483/0002-84, Projeto de Ampliação Mina Sabinópolis, localizada na Fazenda Santo Antônio e Fazenda Graipu, Zona Rural, no Município de Sabinópolis – MG. Sua principal atividade é a Lavra a céu aberto – Minério de Ferro e está formalizada junto ao SLA - EcoSistemas, sob o processo de licenciamento nº 01163/2025. A Audiência Pública será realizada no dia 26 de junho de 2025 às 18:30 h, no Centro Cultural Sebastião Barroso (Salão da Antiga Rodoviária).

Item	Nome	CPF ou RG	Assinatura
205	Rosilene Ilamario		
206	Ricardo Henrique Alves		
207	Glaucia das Quinas Ferreira		
208	Felis Cíope da Costa		
209	Alzirante Lopes da Silva		
210	Hellberto Antônio Barreto Moura		
211	Vinicius Pimenta		
212	Henrique Butes		
213	ADACOLO GAMOZO		
214	Magnu Santos da Ve		
215	Josmarina Requiro Mitaomha		
216			

Usuário Externo (signatário):

Israel Gonzaga Ferreira

Data e Horário:

16/07/2025 15:31:55

Tipo de Peticionamento:

Intercorrente

Número do Processo:

2090.01.0005730/2025-67

Interessados:

Fabiana Amaral Décimo
 atendimento@amconsultoriaambiental.com.br

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- | | |
|---|-----------|
| - Ofício Relatório, transcrição, áudio e vídeo | 118341577 |
| - Documento Relatório-síntese - Audiência Pública | 118341578 |
| - Documento Transcrição do evento | 118341579 |
| - Documento Lista de presença | 118341580 |

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Fundação Estadual do Meio Ambiente.